

# Santos na formação do Brasil: 500 anos de história



Prefeitura Municipal de Santos

**Beto Mansur**

Prefeito

Secretaria Municipal de Cultura

**José Gondim**

Secretário Municipal de Cultura

**Vilma de Carvalho Sestaro**

Chefe Departamento de Promoções Culturais

Fundação Arquivo e Memória de Santos

**Antônio Ernesto Papa**

Diretor Presidente

**Ely Carvalho da Silva Júnior**

Diretor de Arquivos

**Ricardo Schimidt Fellipe**

Diretor Administrativo Financeiro

**Capa:**

Praia do Consulado, Porto de Santos

Oléo de Benedicto Calixto, 1882

Acervo Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto

**Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Barbosa, Maria Valéria

Santos na formação do Brasil: 500 anos de história/  
autoria e coordenação: Maria Valéria Barbosa, Nelson  
Santos Dias, Rita Márcia Martins Cerqueira --- Santos, SP;  
Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria Municipal de  
Cultura; Fundação Arquivo e memória de Santos, 2000.

Bibliografia.

ISBN 85-87822-01 (FAMS) e 85-7836-01 (PMS)

1. Brasil - História - 1500-2000 2. Santos (SP) - História

I. Dias, Nelson Santos. II Cerqueira, Rita Márcia Martins.

III. Título.

00-1356

CDD-981.612

**Índice para catálogo sistemático**

1. Santos ; Cidade ; História 981.612



# Santos na formação do Brasil: 500 anos de história

AUTORIA E COORDENAÇÃO

**MARIA VALÉRIA BARBOSA**

**NELSON SANTOS DIAS**

**RITA MÁRCIA MARTINS CERQUEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS

2000





Aos colegas  
que através do apoio e incentivo  
tornaram possível a criação deste livro.

*Agnaldo, Anderson, Camila, Cida, Fátima, Jeferson,  
Jorge, Lúcia, Márcia, Mário, Regina, Rodrigo, Rosa & Vilma*

---

## Agradecimento



lançamento do livro Santos na formação do Brasil: 500 anos de história é mais um marco no trabalho que esta administração vem realizando no sentido de resgatar a importância histórica da nossa Cidade. Por meio de um relato cronológico, a obra enfatiza os momentos mais destacados do Município e os respectivos reflexos em âmbito nacional.

A realização de mais este projeto bibliográfico é resultado da necessidade de se preencher as lacunas deixadas acerca da formação de nossa comunidade. O santista, ao ler o livro, se sentirá ainda mais identificado com suas raízes e com a rica história de uma cidade acostumada a influenciar decisivamente nos destinos políticos, econômicos e culturais do Brasil. Já os que adotaram o Município como domicílio ou mesmo os turistas terão importante referencial para compreender ainda mais a cultura santista expressada de forma tão evidente no comportamento participativo, pacífico e fraternal de sua população.

Com base no material dos Fundos Documentais da Câmara e da Prefeitura Municipal de Santos, além de documentos de diversas instituições históricas e culturais, as informações contidas nesta obra foram ricamente valorizadas pelo trabalho arrojado executado pela parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Arquivo e Memória de Santos.

E não haveria momento mais apropriado para o lançamento deste importante documento bibliográfico do que o ano do quinto centenário do Descobrimento do Brasil. Ocorre que Santos coloca-se na história do Brasil como o portal por onde entraram os pioneiros das colônias que alavancaram o desenvolvimento do País. Oriundas da Europa, Ásia, Oriente Médio e África, estas pessoas trouxeram seus sonhos, sua cultura, seu trabalho e técnicas diversificadas que criaram e enriqueceram os modos de produção de uma economia forte e promissora, e, sobretudo, uma história de árduas lutas, seguidas de importantes conquistas.

Beto Mansur  
Prefeito Municipal de Santos

## Apresentação



inquestionável a participação decisiva de Santos em vários momentos desses cinco séculos de trajetória do Brasil, desde o seu descobrimento. Foi justamente com o intuito de resgatar a história do Município e do próprio País que a Prefeitura decidiu pela realização deste livro.

A proposta era mais do que simplesmente lançar um livro comemorativo ao V Centenário do Descobrimento. Era preciso ir mais fundo e trazer para o conhecimento do público elementos e aspectos novos que cercaram fatos históricos já abordados em tantas obras.

E foi a este trabalho que se dedicou uma equipe de historiadores e pesquisadores da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Arquivo e Memória de Santos. Para tanto, os profissionais envolvidos recorreram à pesquisa de fontes primárias e inéditas. Priorizaram os Fundos Documentais da Câmara e da Prefeitura Municipal de Santos, além de documentos de diversas instituições históricas e culturais, tais como o Museu Paulista (SP), o Arquivo da Cúria Diocesana de Santos e a Biblioteca Nacional (RJ).

No livro *Santos na Formação do Brasil: 500 anos de história*, o leitor vai saber mais sobre a presença santista em acontecimentos que são a própria história do País. São mais de 60 páginas que abordam vários temas começando pelo descobrimento, a fundação da Vila de São Vicente e de Santos, as invasões estrangeiras e as fortalezas construídas para defesa, entre outros.

Além do seu conteúdo escrito, cabe destacar o cuidado gráfico com que foi concebido o livro, com o propósito de prender ainda mais o interesse do leitor, tornando também a leitura agradável e fácil. Grande parte da publicação utiliza fotos antigas, reproduzidas juntamente com documentos e telas de autoria de importantes pintores como Benedicto Calixto.

A recompensa ao esforço de todos aqueles que se dedicaram à produção da obra será, sem dúvida, torná-la uma referência bibliográfica para estudantes e para o público em geral.

Para a Secult, especificamente, fica a satisfação de ter mais uma vez honrado com o seu compromisso maior: promover a cultura em todas as variadas vertentes.

José Gondim  
Secretário Municipal de Cultura

## Apresentação





Santos é uma cidade polêmica, contraditória às vezes e curiosa sempre. Uma cidade que foi capaz de construir um passado glorioso, mas que raramente demonstrou preocupação em preservá-lo.

Sistematicamente destruímos ou abandonamos nossas referências históricas, nosso patrimônio, seja ele arquitetônico ou documental. Tal qual a São Paulo que Lévi-Strauss descreveu em *Tristes Trópicos*, Santos parecia fadada “a ser sempre nova, sem dimensão temporal, sem vestígios, sem madureza”.

De repente acordamos, mas acordamos decididos a não deixar para a tarde, o que se pode fazer pela manhã. E o resultado é alentador: um centro histórico em processo de recuperação, a Praça Mauá, coração da cidade, reurbanizada, projetos de revitalização para a Rua XV de Novembro e a região do Valongo, o retorno do Bonde, os edifícios da Bolsa e da Pinacoteca restaurados, o Coliseu em obras, a área do Outeiro recuperada, uma Fundação para cuidar de seus arquivos e de sua memória, a Codesp restaurando e disponibilizando centenas de fotografias da construção do cais do porto. E agora um livro.

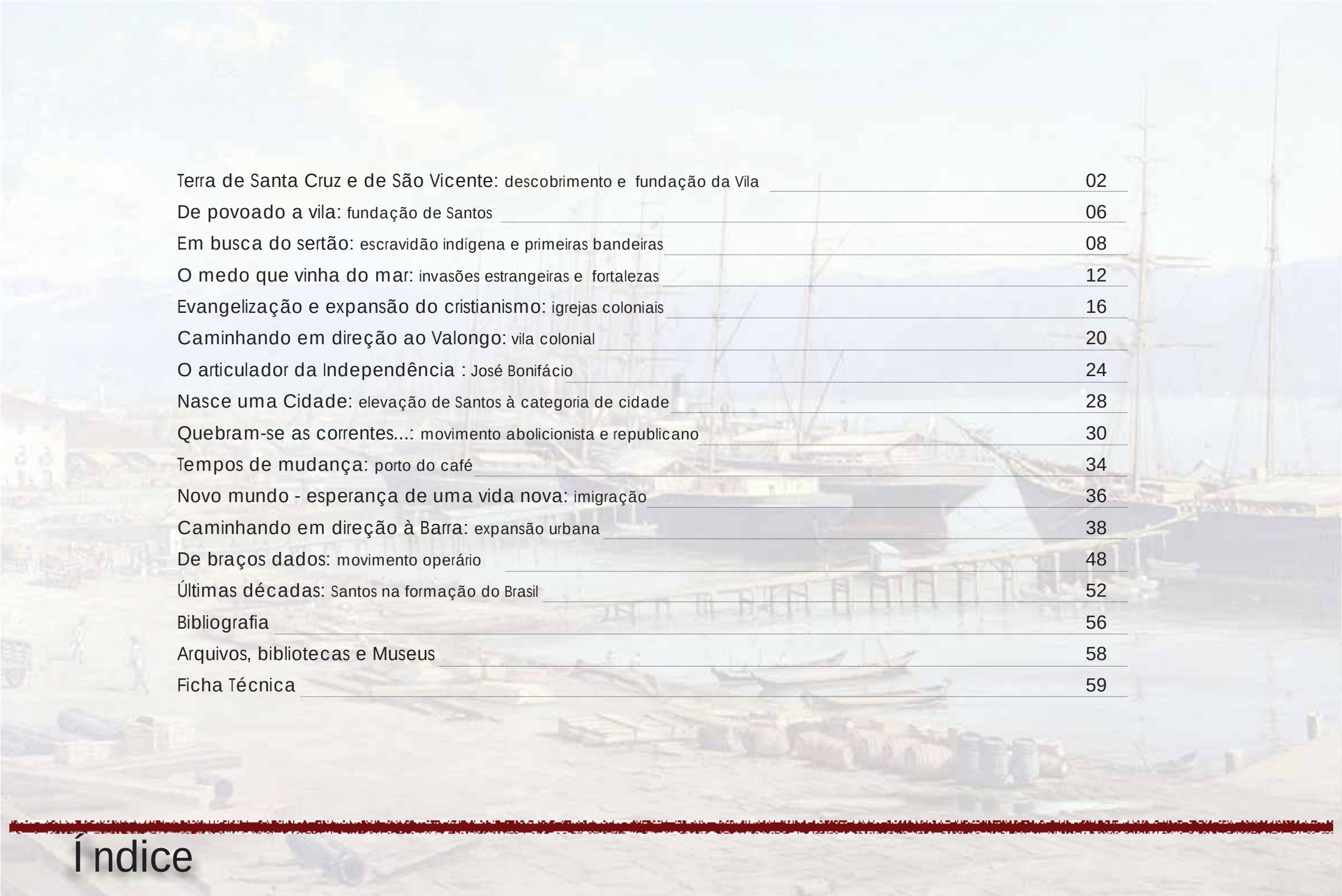
Embora haja muito por fazer, é preciso estar cego para não ver que nunca estivemos tão bem.

Uma parceria entre a Fundação Arquivo e Memória e a Prefeitura Municipal de Santos, por meio de sua Secretaria de Cultura possibilitou mais este avanço, cujo principal objetivo é resgatar um pouco da história desta terra e de sua gente. O livro é fruto de um trabalho sério, onde se buscou a “verdade histórica”, mas, como nos alertou Marguerite Youcenar em *Memórias de Adriano* “acontece com essa verdade o mesmo que com todas as outras: enganamo-nos mais ou menos”.

Acreditamos que estamos sempre reconstruindo o monumento à nossa maneira, mas garantimos que, neste caso, só utilizamos pedras autênticas. O recolhimento de imagens e informações sobre algumas passagens de nossa história e a sua organização cronológica, não nos deu, com certeza, um “*Tratado sobre a História de Santos*”, mas possibilitou esta bela edição, que será capaz de estimular, ainda mais esta cidade na luta pela preservação de sua memória.

Antônio Ernesto Papa  
Diretor Presidente da Fundação Arquivo e Memória de Santos

## Apresentação



|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| Terra de Santa Cruz e de São Vicente: descobrimento e fundação da Vila | 02 |
| De povoado a vila: fundação de Santos                                  | 06 |
| Em busca do sertão: escravidão indígena e primeiras bandeiras          | 08 |
| O medo que vinha do mar: invasões estrangeiras e fortalezas            | 12 |
| Evangelização e expansão do cristianismo: igrejas coloniais            | 16 |
| Caminhando em direção ao Valongo: vila colonial                        | 20 |
| O articulador da Independência : José Bonifácio                        | 24 |
| Nasce uma Cidade: elevação de Santos à categoria de cidade             | 28 |
| Quebram-se as correntes...: movimento abolicionista e republicano      | 30 |
| Tempos de mudança: porto do café                                       | 34 |
| Novo mundo - esperança de uma vida nova: imigração                     | 36 |
| Caminhando em direção à Barra: expansão urbana                         | 38 |
| De braços dados: movimento operário                                    | 48 |
| Últimas décadas: Santos na formação do Brasil                          | 52 |
| Bibliografia                                                           | 56 |
| Arquivos, bibliotecas e Museus                                         | 58 |
| Ficha Técnica                                                          | 59 |





o pensarmos na elaboração deste livro, não podíamos deixar passar a possibilidade de escrever a história de Santos utilizando fontes primárias, muitas das quais inéditas. Assim, foram priorizados os fundos documentais da Câmara e Prefeitura Municipal de Santos, além de documentos de algumas instituições históricas e culturais. A partir de uma narrativa cronológica, foram apontados alguns dos momentos significativos da história de Santos e sua influência em âmbito nacional.

O período abordado estende-se do Descobrimento do Brasil aos dias atuais, dividindo-se em 14 temas acompanhados por textos e imagens. Nas páginas pares são apresentados os textos, enquanto nas ímpares encontram-se as imagens correspondentes, permitindo ao leitor uma visão mais ampliada e articulada dos temas abordados.

Essa forma de apresentação pretende que o leitor melhor se aproxime do passado, buscando levá-lo a aprofundar seus conhecimentos sobre uma vasta história apenas esboçada neste livro. Com este objetivo, foram utilizados, entre outros materiais, diversas imagens de documentos originais de época e trabalhos de grandes pintores do passado, tais como Benedicto Calixto, Oscar Pereira da Silva e Eduardo Sá.

Nossa preocupação com a preservação da memória santista se evidencia também na escolha do papel alcalino. Trata-se de um suporte de caráter permanente para a impressão desta publicação, possibilitando uma maior durabilidade da obra, sem os inconvenientes do envelhecimento precoce do papel.

O nosso trabalho teve início com o levantamento de fontes primárias localizadas no Arquivo Público Municipal da Fundação Arquivo e Memória de Santos, na Pinacoteca Benedicto Calixto e no Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Em razão da variedade e da riqueza do acervo pesquisado, esta delicada etapa exigiu dedicação especial dos coordenadores do projeto e dos elaboradores do livro.

Com base na documentação levantada, passamos à elaboração dos textos, procurando sempre destacar as particularidades do passado de Santos e sua articulação com a história do país.

Esperamos que esta publicação estimule o interesse pela história e pela memória de nossa cidade.

Os Autores

## Introdução



inte e dois de abril de 1500. Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro oficializando a posse do novo território, apesar de a região já ser conhecida por navegadores espanhóis e portugueses. A partir desse momento, a presença do homem branco, cristão, europeu passou a ser uma constante em território brasileiro. Por meio de expedições de exploração, geográficas e comerciais, portugueses e espanhóis procuravam metais e pedras preciosas, extraíam pau-brasil e se lançavam no comércio de escravos e animais silvestres.

A maioria das expedições abandonou degredados, desertores e naufragos em território brasileiro. Durante os 32 anos entre a viagem de Cabral e a fundação da Vila de São Vicente, muitos desses homens estavam estabelecidos e haviam criado um mundo todo próprio.

Quando Martim Afonso chegou, já existia na região de São Vicente um povoado (Porto dos Escravos), conhecido por todos que navegavam pelas costas brasileiras. O povoado fazia parte da área controlada pelo famoso e misterioso

Bacharel de Cananéia. Não se sabe ao certo quem ele era e quando aportou no Brasil, mas é possível que, em 1502, tenha chegado com a expedição de Américo Vespúcio. Passou então a viver entre os índios e tornou-se o maior traficante de escravos da região (daí o nome Porto dos Escravos). Temido e respeitado por todas as tribos da costa sul do continente, o Bacharel veio a ser o grande senhor das terras de São Vicente a Santa Catarina. Comercializava com navegadores de qualquer nacionalidade que aportavam em seus domínios, fornecendo escravos, mantimentos, mulheres, pequenos barcos ou o que fosse necessário para longas viagens.

O desembarque de Martim Afonso se deu em 22 de Janeiro de 1532, ou seja, no mesmo dia em que Américo Vespúcio, trinta anos antes, havia chegado ao local e o batizara com o nome de São Vicente (padroeiro de Portugal).

Em 1530, a serviço da Espanha e à procura de um caminho para o interior da América do Sul pelo Rio da Prata, o cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, membro da expedição de Sebastião Caboto, assim descrevia o povoado:

um lugarejo que, além das “coisas da terra” (galinhas, porcos e hortalças), contava com 10 ou 12 casas, uma delas feita de pedra, coberta de telhas, ostentando uma torre para defesa contra os índios.

Ao chegar à praia, conforme relata em seu diário o irmão de Martim Afonso, Pero Lopes, ambos foram recebidos por dois homens brancos (João Ramalho e Antônio Rodrigues), de origem tão misteriosa quanto a do Bacharel e perfeitamente adaptados à vida em companhia dos índios.

João Ramalho era, provavelmente, um degredado deixado em São Vicente por volta de 1508. Embora casado com Bartira, filha de Tibiriçá, líder dos Tupiniquim (tribo que habitava o planalto, onde hoje se localiza a cidade de São Paulo), possuía várias mulheres e muitos filhos. Ramalho era capaz de arregimentar em pouco tempo um vasto exército particular. Apesar dos problemas com os jesuítas por causa de sua poligamia e do tráfico de escravos, Martim Afonso e seus sucessores não dispensavam os conselhos de Ramalho nas decisões relativas à capitania dada sua influência entre os nativos.





ÓLEO DE OSCAR P. DA SILVA, ACERVO MUSEU PAULISTA/USP

"Desembarque de Cabral em Porto Seguro." Representação do ato que oficializa a posse do Brasil para Portugal

3

descobrimento e fundação da vila



Sobre Antônio Rodrigues há também poucas informações. Sabe-se que mantinha um entreposto para venda de escravos em lugar conhecido como Porto das Naus, mas nem ele nem João Ramalho habitavam ali. Ambos viviam no topo da serra, próximo às aldeias de Tibiriçá e Piquerobi.

O grande objetivo da expedição de Martim Afonso era, na verdade, a exploração do território sul do continente, procurando no Rio da Prata uma ligação que levasse os portugueses aos domínios do “Rei Branco” (reino lendário procurado por muitos navegadores portugueses e espanhóis). As informações sobre esse suposto reino existiam desde a expedição de Américo Vespúcio. No tempo de Martim Afonso, as fortes evidências sobre a região, rica em ouro e prata, não podiam ser desprezadas.

Após escalas na Bahia, Rio de Janeiro e Cananéia, a frota comandada por Martim Afonso seguiu para a foz do Rio da Prata a fim de encontrar o caminho para a lendária “Montanha de Prata”. Os planos da exploração, no entanto, ficaram comprometidos devido a tempestades e naufrágios de navios da frota. Assim, a opção seria atingir a Montanha por terra a partir do litoral

de São Paulo, mais precisamente de São Vicente.

Poucos dias depois de desembarcar em São Vicente, Martim Afonso, Pero Lopes e outros homens guiados por Ramalho, Rodrigues e alguns índios subiram a serra pela Trilha dos Tupiniquim. No topo da serra, Martim Afonso conheceu os domínios de Tibiriçá: uma vasta planície e uma colina onde se localizava a aldeia de Piratininga. Aos pés da colina encontravam-se o Rio Tamanduaté e o Córrego Anhangabaú que desaguavam no Rio Tietê. Para Martim Afonso e seus homens ficou claro que, a partir daquela aldeia, não seria impossível a comunicação com a região onde é hoje o Paraguai e, conseqüentemente, com o atual Peru e a “Montanha de Prata”.

De volta a São Vicente, Martim Afonso teve a certeza de que a região era o lugar perfeito para dar início à exploração organizada das riquezas da terra. Assim, estabeleceu a Câmara dos Vereadores, uma igreja, um pelourinho e uma cadeia, distribuindo ainda sesmarias no litoral e no interior, sendo vastas extensões de terra delimitadas por morros e rios conhecidos e batizados pelos índios. Era a oficialização da estrutura político-administrativa portuguesa em

território brasileiro e o estabelecimento da lei para impor a ordem em uma região dominada por naufragos, degredados e desertores.

Para conseguir apoio dos brancos habitantes da região, João Ramalho, Antônio Fernandes e o Bacharel foram beneficiados com doações de sesmarias. Assim, os primeiros habitantes portugueses do litoral sul do Brasil tornaram-se proprietários de suas “fazendas”, com escrituras passadas em cartório.



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

"Martim Afonso de Souza no Porto de Piaçaguera em outubro de 1532 a fim de seguir o caminho de Piratininga." Encontro de Martim Afonso, João Ramalho (centro) e o índio Tibiriçá.

5

descobrimento e fundação da vila





Martim Afonso, em 1532, fez a primeira distribuição de sesmarias de sua futura capitania, beneficiando alguns homens que com ele viajaram. Coube a Domingos Pires e Pascoal Fernandes um lote de terra que se estendia da Enseada do Enguaguaçu, no atual Canal do Estuário, à Fonte do Itotoró; Luiz de Góis recebeu uma área ao redor do Outeiro de Santa Catarina; José Francisco e Paulo Adorno detinham lotes na região da antiga Capela da Graça, atual Rua do Comércio. Brás Cubas ficou com as terras em torno do Monte Serrate, chamado na época de São Jerônimo. Em 1540, recebeu uma segunda doação que abrangia as terras de Jurubatuba e da ilha Pequena, atual Barnabé.

Acompanhados de colonos que com eles vieram e alguns índios escravizados ou agregados, esses homens deram início à ocupação da área que, mais tarde, viria a se tornar a Vila de Santos.

No retorno de Martim Afonso a Portugal, o núcleo de povoamento estabelecido entre o Ribeirão de São Jerônimo e a Enseada do

Enguaguaçu já dava sinais de crescimento, prova disso, Martim Afonso nomeou Brás Cubas como capitão do povoado, encarregando-o da cobrança de taxas e impostos sobre as mercadorias desembarcadas no porto de São Vicente, na atual Ponta da Praia. O novo povoado, chamado Enguaguaçu, ficava distante da Vila de São Vicente; o caminho por terra era muito ruim, sendo a comunicação feita pelo atual Rio Casqueiro ou pela Barra e Estuário de Santos. Daí a necessidade de um capitão para controlar as atividades no povoado.

Por volta de 1540, Luís de Góis construiu no sopé do Outeiro de Santa Catarina uma capela em homenagem à santa e mais algumas casas a seu redor. Em 1541, uma grande ressaca atingiu a Vila de São Vicente e destruiu a Casa da Câmara, a Igreja e o Pelourinho. Muitos moradores de São Vicente preferiram se transferir para o povoado do Enguaguaçu, considerado mais seguro.

Nesses mesmos dias, Brás Cubas solicitou e conseguiu do Capitão-mor da Capitania de São Vicente a transferência do antigo Porto de São Vicente para o lagamar do Enguaguaçu, na direção do Outeiro de Santa

Catarina. O lugar era mais conveniente para o embarque e desembarque de mercadorias. A partir desse momento, o Povoado do Enguaguaçu passou a ser conhecido pelo nome de Povoado do Porto de São Vicente e, posteriormente, Povoado do Porto de Santos.

Em 1543, Brás Cubas deu início à construção do primeiro hospital do Brasil: a Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos, o que revela o crescimento do povoado.

Não se sabe ao certo a data exata da elevação do povoado à categoria de Vila. Baseado em duas escrituras de venda de terras na região, Frei Gaspar da Madre de Deus sugere que a elevação tenha ocorrido entre 4 de agosto de 1546 e 3 de janeiro de 1547. Na primeira escritura, o tabelião afirma ter sido lavrada na Povoação do Porto de Santos; na segunda, refere-se à Vila do Porto de Santos. Portanto, a elevação pode ter ocorrido nesse intervalo de tempo. Na falta de documentos que possam definitivamente esclarecer o assunto, essa versão é considerada até hoje a mais consistente.





ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO BOLSA OFICIAL DO CAFÉ DE SANTOS

"Fundação da Vila de Santos." Representação do capitão Brás Cubas lendo o Foral de Vila. Vê-se a direita a Capela de Santa Catarina.





Quando Martim Afonso chegou a São Vicente, o apresamento dos índios e sua comercialização como escravos já eram largamente praticados na região pelos portugueses. Inicialmente, comercializavam os prisioneiros de guerras entre as tribos; mais tarde, passaram a praticar o tráfico puro e simples: atacavam deliberadamente as aldeias para fazer prisioneiros.

Os dois centros de comércio estabelecidos no litoral - São Vicente e Cananéia -, sob o comando de Antônio Rodrigues e do Bacharel respectivamente, representavam pontos de partida para a penetração no interior do continente. Eram devidamente abastecidos de escravos por João Ramalho e seus comandados no povoado de Piratininga.

Com a chegada dos espanhóis na “Montanha do Prata” logo após a fundação da Vila de São Vicente, os portugueses perderam as esperanças de alcançar a região. Esse fato contribuiu para que os moradores se dedicassem a experiências com a cana-de-açúcar, além de fomentar o apresamento e tráfico indígenas,

dando início às primeiras bandeiras. As lutas entre os Tupiniquim, aliados dos portugueses, e os Carijó e Tupinambá forneciam grandes levas de índios comercializados em São Vicente. Muitos portugueses estabelecidos em Santos e São Vicente realizaram expedições de captura nas regiões de São Francisco do Sul e Laguna, no atual Estado de Santa Catarina; outros chegaram até o Paraguai, onde compravam índios dos espanhóis para vendê-los em São Vicente ou enviá-los a outras capitanias, inclusive para a Europa.

No século XVII, a posse de índios escravizados tornou-se sinal de riqueza e poder. A forma de trabalho servil era a única aceita pela mentalidade dos colonizadores, apesar das várias proibições do governo de Portugal, influenciado pelos protestos dos jesuítas. O governo autorizava apenas a escravização do indígena que, de alguma forma, atacasse os portugueses, ou dos índios pacificados por meio da “Guerra Justa”. Mas provocá-la era muito simples e, assim, as determinações governamentais podiam ser facilmente burladas. Na segunda metade do século XVII, após as grandes expedições

de ataque às missões jesuíticas no sul do Brasil, o movimento bandeirante iniciou um período de decadência, tomando novos rumos. Com as missões quase totalmente destruídas, os bandeirantes passaram então a aprisionar os índios selvagens da Serra da Mantiqueira, chegando a Goiás e Mato Grosso. Ao mesmo tempo, além da escravização do índio, passaram a procurar riquezas minerais.

Em Santos, por volta de 1560, Brás Cubas organizou inicialmente pequenas tentativas para a localização de ouro nas imediações da Vila, conseguindo pequena quantidade nos rios que descem a Serra de Cubatão. Essa descoberta animou-o a ir mais longe: organizou uma expedição para penetrar no interior da Capitania, seguindo um roteiro sobre o qual não há informações precisas. Entre 1561 e 1562, uma nova expedição de Brás Cubas e Luiz Martins descobriu ouro, além de pedras verdes de pouco valor comercial, no sopé do morro do Jaraguá, em São Paulo. Brás Cubas foi o primeiro português a descobrir ouro no Brasil.





REPRODUÇÃO DIFUSÃO NACIONAL DO LIVRO DO ORIGINAL DE 1557, ACERVO FAMS-AP

Gravura de Teodore de Bry para as Memórias de Hans Staden. Representação do confronto entre portugueses e índios no Canal de Bertioga



ÓLEO DE J. WASHT RODRIGUES, ACERVO MUSEU PAULISTA/USP

Representação de João Ramalho com uma criança índia que, na visão do artista, era provavelmente um de seus muitos filhos



O índio escravizado, oriundo das primeiras bandeiras, era largamente utilizado como mão-de-obra nos engenhos de açúcar instalados na Capitania de São Vicente desde o início da colonização.

Entre 1532 e 1535, José Adorno construiu o primeiro engenho da Vila de Santos, chamado de São João. Localizado nas proximidades do atual Morro do São Bento, suas instalações possivelmente alcançavam até onde hoje se encontra a Rua do Comércio.

No sítio das Neves, na área continental, em frente ao atual bairro do Valongo, Pero de Góis construiu o Engenho da Madre de Deus.

Antes de partir para Portugal, Martim Afonso reservou para si uma área no sopé do morro do Saboó, com a pretensão de ali estabelecer um engenho. Em Portugal, formou com João Veniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves uma sociedade, a firma Armadores do Trato, para instalação do novo engenho. Ao utilizar como moeda o açúcar produzido na região, essa sociedade encarregava-se de comercializar na Capitania as mercadorias vindas da Europa.

O Engenho do Trato, também conhecido como Engenho do Senhor Governador [clara

referência a Martim Afonso], foi mais tarde vendido a Erasmo Schetz, banqueiro e armador de Amsterdam, recebendo o nome de São Jorge dos Erasmos. O engenho realizava a moagem da cana produzida em seus canaviais e em outras fazendas da região.

O Engenho dos Erasmos seguia o modelo açoriano, movido a água. Esse sistema, chamado de Real, não parece ter sido adotado em nenhum outro país, pois, ao que tudo indica, as ruínas do Engenho são as únicas até hoje encontradas no mundo.

Por volta de 1537, com a instalação do Engenho Flor da Cal, em Olinda, teve início a concorrência do açúcar de Santos com o de Pernambuco. Melhores condições de plantio, solo massapê, temperatura mais elevada, ausência de acidentes geográficos, como a Serra do Mar, foram condicionantes para que a produção açucareira do nordeste suplantasse a da Capitania de São Vicente. Além disso, a menor distância entre Pernambuco e Portugal reduzia o custo dos transportes.

A Capitania de São Vicente sofreu com essa concorrência, diminuindo sua produção de açúcar, destinada em grande parte ao

consumo interno da colônia.

Assim, o tráfico de escravos continuou a ser por muito tempo a principal fonte de renda de seus colonos.



Mapa localizando os primeiros engenhos de Santos:  
1 – Engenho da Madre de Deus;  
2 – Engenho São Jorge dos Erasmos;  
3 – Engenho de São João

CIRLEI APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, ACERVO PARTICULAR





Muito antes do início da ocupação portuguesa no Brasil, já era uma realidade a presença de outras nações européias, principalmente de franceses, em nosso litoral. Negociavam com os índios e, muitas vezes, formavam aliança contra os portugueses.

Os franceses nunca aceitaram o Tratado de Tordesilhas, que dividia as Américas entre Portugal e Espanha. Por várias vezes, procuraram se estabelecer no litoral brasileiro, chegando a fundar colônias no Brasil, como a França Antártica no Rio de Janeiro.

Desde o início do século XVI, os ingleses mantinham intenso comércio com Portugal e realizaram algumas viagens comerciais ao Brasil. Em 1581, chegou a Santos o *Minion*, navio inglês armado por comerciantes de Londres, informados por John Withall, inglês que vivia em Santos, sobre as possibilidades de comércio com a Capitania, sendo o açúcar o produto de negociação. O *Minion* permaneceu em Santos por quatro meses, comercializando seus produtos pacificamente. Mas esse sucesso foi prejudicado pela pirataria praticada por ingleses

no norte e nordeste do Brasil.

Animado pelo sucesso do *Minion*, em 1583, o inglês Edward Fenton tentou negociar suprimentos e reparos para seus barcos avariados em viagem a caminho do Estreito de Magalhães, mas foi recebido com desconfiança pelos habitantes e encarado como pirata, sendo surpreendido no porto de Santos por uma esquadra espanhola. Naquela época, Felipe II, que governava Espanha e Portugal, estava em conflito com a Inglaterra. Na batalha, a esquadra de Fenton sofreu algumas avarias, sendo obrigada a deixar o porto, retornando em seguida para a Inglaterra, sem ter realizado nenhum negócio.

Em 1591, outra expedição inglesa, chefiada por Thomas Cavendish, partiu em direção ao Brasil, chegando primeiro a Cabo Frio; ao contrário das anteriores, porém, veio para praticar a pirataria. Ao chegar a São Sebastião para descansar e recolher alimentos, Cavendish enviou a Santos três navios para atacarem a cidade; chegaram no dia de Natal e surpreenderam os habitantes, que não tiveram como reagir. Ao invés de realizar o saque imediatamente

e partir, a expedição passou longo tempo festejando, dando tempo à população para fugir. Quando Cavendish chegou alguns dias depois, encontrou uma cidade vazia e sem alimentos para abastecer seus navios. Os ingleses permaneceram em Santos por dois meses; ao sair, saquearam a cidade, incendiando alguns engenhos e a Vila de São Vicente.

Em 1614, o holandês Joris Van Spilbergen foi enviado pela Companhia das Índias Orientais para procurar o Estreito de Magalhães. Ao aportar em Santos para descansar e recolher alimentos, não foi bem recebido pela população. O paulista Amador Bueno da Ribeira reuniu homens e armas em São Paulo e partiu em socorro da Vila de Santos. Auxiliado pela fortaleza da Barra Grande e pela artilharia postada na praia, Bueno e habitantes de Santos expulsaram os holandeses após combate na orla.

Em setembro de 1710, chegou a Santos a frota do corsário francês Francisco Duclerc que tentara atacar o Rio de Janeiro e fora derrotado. O governador da Capitania recolheu forças da região das Minas que, aliadas às forças locais e apoiadas pela fortaleza da Barra Grande, impediram a entrada da frota no porto.



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

"Ruínas do antigo forte colonial Vera Cruz do Itapema". Juntamente com o Forte do Monte Serrate, o Forte Vera Cruz do Itapema guardava a Vila de Santos



Derrotado, Duclerc Partiu para o Rio de Janeiro, Onde acabou assassinado.

A necessidade de defesa sempre esteve presente na colonização do Brasil. Em 1552, na condição de capitão-mor da Capitania, Brás Cubas mandou construir na entrada do Canal de Bertioga, na Ilha de Santo Amaro, o Forte de São Luiz, mais tarde São Felipe. A fortaleza teve como primeiro artilheiro o famoso aventureiro alemão Hans Stadem, cujos relatos tornaram-se importante fonte de informação para a história de nossa região.

Em 1557, o capitão-mor Jorge Ferreira iniciou a construção do Forte de São Tiago, depois batizado de São João, localizado no outro lado da entrada do canal, dominando a paisagem até os dias de hoje. Diante da presença francesa no Rio de Janeiro, foi desse forte que, acompanhando Estácio de Sá, em 27 de janeiro de 1565 partiram as forças de Santos e São Vicente para expulsar os franceses da Baía de Guanabara e fundar a cidade do Rio de Janeiro. Esses fortes talvez sejam as mais antigas fortificações instaladas na nossa região.

Em 1553, teve início a construção do Forte da Praça, conhecido também como Forte da Vila ou Forte de Nossa Senhora do Monte Serrate, localizado na Praça do Quartel, próximo à atual Praça da República. Foi construído mais

para defesa da nova Alfândega, instalada no mesmo ano, do que para a defesa da vila. Preocupado com a presença francesa no Rio de Janeiro, Mem de Sá, Governador-Geral do Brasil, ordenou em 1860 a ampliação de sua capacidade bélica. Durante muito tempo, o Forte da Vila foi o único instrumento de proteção da Vila de Santos. A construção da Fortaleza de Santo Amaro ou Barra Grande teve início em 1584, logo após a invasão de Edward Fenton. A sua entrada em funcionamento não impediu a invasão de Cavendish, mas colaborou na expulsão de Spilbergen e Duclerc. Durante o século XVII, a fortaleza serviu de presídio político ao Estado Português. A fortaleza perdeu sua finalidade militar em 1911, quando passou a simples posto fiscal. Recentemente recuperada, encontra-se aberta à visitação pública.

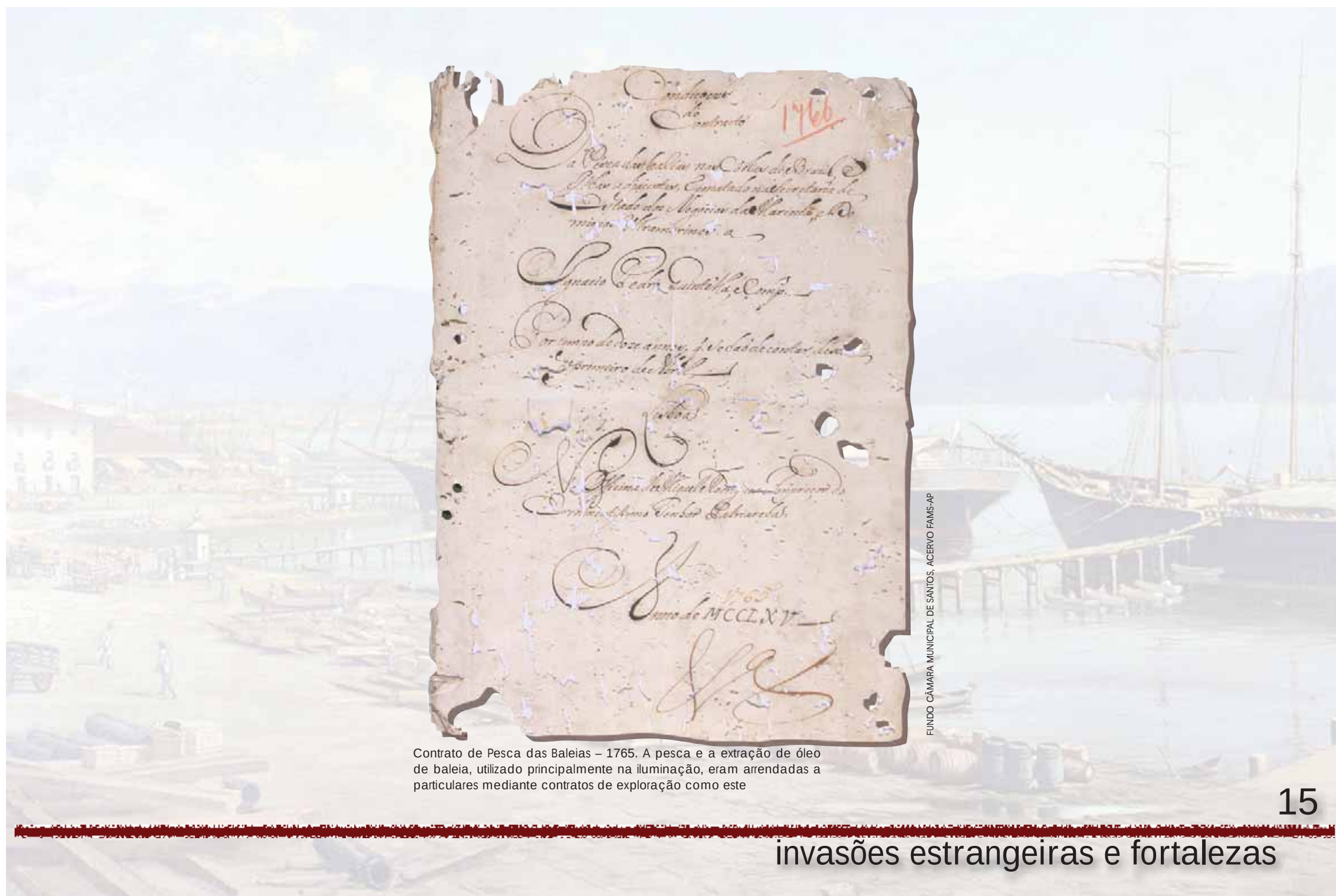
Não se sabe ao certo a data de construção do Forte de Itapema ou Vera Cruz do Itapema, mas há indícios de que já existia no século XVI. Esse forte era parte da defesa da Vila de Santos, fazendo o “fogo cruzado” com o Forte da Vila. A partir de 1850, a fortaleza entrou em decadência, pouco restando da construção original nos dias de hoje.

O Forte Augusto ou da Estacada foi provavelmente construído em 1734 por João de Castro Oliveira, seu primeiro comandante.

Situado na Ponta da Praia em frente à Fortaleza da Barra Grande, realizava com ela o “fogo cruzado”, protegendo definitivamente a entrada do Porto de Santos. Em 1893, durante a Revolta da Armada iniciada no Rio de Janeiro, o forte enfrentou o cruzador-couraçado *República* que bombardeou as praias de Santos. O forte funcionou até fins do século XIX, quando entrou em decadência. Em 1909 foi demolido para a construção da Escola de Aprendizes de Marinheiros, local onde hoje funciona o Instituto e Museu de Pesca.

O último forte do período colonial é pouco conhecido, mas não menos importante: o Forte da Praia do Góis ou da Cortadura, construído entre 1766 e 1767 para dar apoio e cobertura à Fortaleza da Barra Grande.

Por volta de 1821, durante a vigência do Real Contrato das Baleias - arrendamento do direito de exploração da pesca e extração do óleo de baleia para iluminação – esse forte passou a ser utilizado como Armação das Baleias – local onde o óleo era extraído –, trabalhando subordinado à Armação principal, localizada junto ao Forte São Felipe, no Canal de Bertioga. As instalações deixaram de ser utilizadas no final do século XIX.



Contrato de Pesca das Baleias – 1765. A pesca e a extração de óleo de baleia, utilizado principalmente na iluminação, eram arrendadas a particulares mediante contratos de exploração como este

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP





Evangelização e expansão do cristianismo estavam entre os objetivos de Portugal no processo de colonização do Brasil e de todas as suas colônias. Assim, ao fixar-se em um local, o colonizador imediatamente providenciava a construção de uma capela ou igreja.

Em Santos, a construção da capela de Santa Catarina no sopé do outeiro, que recebeu o mesmo nome, foi o marco inicial do povoado.

Preocupados com a evangelização da população indígena, os jesuítas instalaram seus colégios por todo o país. A Companhia de Jesus foi a primeira ordem religiosa a se estabelecer na Capitania de São Vicente. Em 1549, o padre Leonardo Nunes criou um dos primeiros colégios na Vila de São Vicente. Em 1585, a Câmara de Santos doou aos jesuítas o antigo prédio onde funcionava até então o Conselho da Vila. Após a construção da Casa de Câmara e Cadeia, localizada onde é hoje a Praça da República, os padres imediatamente ocuparam e reformaram o prédio para adaptá-lo às suas novas funções. A instalação do colégio tornou-se um importante centro de educação e cultura da vila.

Foi no colégio dos jesuítas, batizado de São Miguel, que os filhos do comerciante Francisco de Lourenço, Alexandre e Bartolomeu, iniciaram seus estudos com o padre Alexandre Gusmão. Em razão da amizade dessa família com o padre, os jovens alunos adotaram o sobrenome do professor. Bartolomeu Lourenço de Gusmão terminou seus estudos em Portugal, onde ordenou-se padre, e dedicou-se à pesquisa científica, realizando importantes experiências com “aparelhos voadores”. Em 1709, voou a bordo de um balão na presença da Corte Portuguesa, recebendo o apelido de “Padre Voador”. Seu irmão, Alexandre Gusmão, viria a ser importante figura do governo português. Foi professor da Universidade de Coimbra, secretário do rei D. João V e diplomata, tendo representado Portugal nas negociações com a Espanha para o estabelecimento das fronteiras do Brasil com as colônias espanholas, o que culminou na assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

Quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil em 1759, o Colégio de São Miguel e todas as propriedades dos jesuítas foram confiscadas e incorporadas ao patrimônio público. O prédio do colégio serviu então a várias finalidades: foi hospital militar,

correio e alfândega; conhecido como Palacete, hospedou autoridades e a família Real em suas visitas a Santos.

Em 1580, chefiados pelo Frei Domingos Freire, chegaram a Santos os primeiros Carmelitas, que receberam para a instalação da Ordem a doação da Capela da Graça, construída entre 1562 e 1563 por José Adorno e sua esposa. Brás Cubas também doou-lhes terrenos ao redor da capela para a edificação do convento, precariamente construído logo em seguida. Não se sabe ao certo as razões que levaram os frades Carmelitas a transferirem suas instalações para o local onde hoje se encontram, na Praça Barão do Rio Branco. A Capela da Graça resistiu até 1903, quando foi demolida para o alargamento da Rua José Ricardo, antiga Rua do Sal.

No final do século XVI, durante a dominação espanhola, o Governador-Geral do Brasil - um espanhol - introduziu o culto de Nossa Senhora do Monte Serrat na Colônia. Esse culto teve origem numa região rochosa da Catalunha, na Espanha, chamada Monte Serrat. De passagem por Santos, o governador teria deixado aqui uma imagem da Santa e lhe construído uma ermida, sob a guarda dos padres do Mosteiro de São Bento. A capela foi provavelmente construída entre 1599 e 1611.



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO MUSEU PAULISTA/USP

"Matriz Colonial de Santos". Antiga Igreja Matriz construída no século XVIII. Ao lado, o Colégio dos Jesuítas, ambos demolidos. Atualmente no local encontram-se a Praça da República e o prédio da Alfândega



Em Santos, existem duas imagens bem diferentes da Santa. Na igreja do Carmo há uma réplica da imagem original espanhola, de madeira pintada de dourado (como a madeira está escurecida pelo tempo, é chamada de “La Moreneta”). A imagem atual, de barro cozido, com 40 cm de altura, foi atribuída ao frade Beneditino Agostinho de Jesus e esculpida entre 1652 e 1655. A devoção à Santa na cidade teve início nos tempos das invasões piratas; em 1955 Nossa Senhora do Monte Serrate foi oficialmente proclamada padroeira da cidade.

A Ordem de São Bento chegou ao Brasil em 1582 na Bahia, expandindo-se para Olinda, Rio de Janeiro, Paraíba e São Paulo. Por volta de 1631, Bartolomeu Fernandes Mourão e sua mulher construíram a Capela de Nossa Senhora do Desterro, no morro de mesmo nome. Em 1650, seu filho doou à Ordem de São Bento as terras da ermida, duas casas, móveis, 12 vacas, um touro e um pastor índio. Em troca, os Beneditinos rezariam três missas por mês pela alma dos doadores e seus descendentes, que deveriam ser enterrados na capela.

A regra de São Bento, fundador da Ordem na Idade Média, estabelecia que, além de garantir o próprio sustento, os mosteiros deveriam ser construídos em lugares afastados.

Assim, por estar longe da Vila, a localização do Morro do Desterro, atual São Bento, era ideal. Por volta de 1725, morava no convento o Frei Gaspar da Madre de Deus, ex-abade provincial da Ordem, nascido em São Vicente e autor do livro *Memórias da Capitania de São Vicente*. Em 1968, a Ordem de São Bento mudou-se para Vinhedo e passou todas as instalações do Mosteiro à Cúria de Santos, onde posteriormente foi instalado o Museu de Arte Sacra, que funciona atualmente no local.

Liderados por Frei Manoel de Santa Maria, os franciscanos chegaram ao Brasil em 1638 e, imediatamente, foram convidados para construir um convento em Santos. No ano seguinte, Frei Manoel chegou à vila para conhecê-la e encontrar um local adequado para a instalação da Ordem. A escolha recaiu sobre o Valongo pela facilidade na obtenção de água para o convento e pela vizinhança rica que poderia ajudar na sua construção. Em 25 de Janeiro de 1640, o convento foi oficialmente fundado, mas a construção só teve início em 1641. Nesse mesmo ano surgiu a Ordem Terceira de São Francisco, cuja capela foi construída em 1689.

Em 1745, foi criada a Diocese de São Paulo que abrangia todo o sul do Brasil.

O primeiro bispo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, hospedou-se no convento por mais de um mês. Ao chegar em Santos, desembarcou próximo ao Valongo, no local que passou a ser conhecido como Porto do Bispo.

Em 1859, a Ordem Franciscana vendeu o convento para a construção da estação da São Paulo Railway, que tentou demolir a igreja. Segundo a tradição, os operários não conseguiram tirar a imagem de Santo Antônio do lugar e, diante da comoção popular, a igreja foi poupada.

Outra importante instituição religiosa do período colonial foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, criada em 1652 com um altar na Matriz. Em 1752, a Irmandade comprou do Coronel José Ribeiro de Andrade um terreno na Rua do Campo, perto do Ribeirão de São Jerônimo, para a construção de uma capela. Mais tarde, em 1822, foi construída a Igreja do Rosário, no Largo do Rosário, atual Praça Rui Barbosa. A igreja passou por várias reformas ao longo do tempo, mas internamente mantém ainda muitas de suas características originais.



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

“Igreja e Convento de Santo Antônio do Valongo”. No quadro vê-se à direita da Igreja o Convento da Ordem Franciscana, demolido no século XIX para construção da Estação da antiga São Paulo Railway



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

“Casa do Trem”. No quadro, ao fundo, vê-se o Outeiro de Santa Catarina, tendo em seu topo a segunda Capela de mesmo nome, construída no século XVIII





O primeiro conjunto urbano era formado por poucas moradias, pela capela de Santa Catarina (que teve a função de Matriz), pelo hospital da Misericórdia (fundado em 1543) e o prédio da Casa de Câmara e Cadeia.

Como sua principal função era a portuária, a vila se expandiu sempre próxima ao mar. Havia engenhos nas imediações da vila e onde é hoje o centro comercial da cidade. Era o caso do Engenho de São João que pertenceu a José Adorno e, depois parcialmente, a John Whithall, situando-se na várzea do Ribeirão de São Jerônimo, junto ao atual Monte Serrate.

A vocação portuária de Santos naquele lado da ilha tornou-se irreversível, transformando o espaço entre o porto e os morros o mais valorizado da ilha de São Vicente.

Em 1548, Luiz de Góes fez a primeira estimativa da população da Baixada Santista: 600 brancos e 3 mil escravos, totalizando uma média de cinco índios para cada branco.

Em 1562 ou 1563, foi construída a Capela de Nossa Senhora da Graça, de propriedade de José Adorno e sua esposa,

Catarina Monteiro, muito provavelmente dentro do Engenho de São João. A ocupação do solo, portanto, passava dos limites do Ribeirão de São Jerônimo, alcançando a área do Valongo, longe do núcleo inicial.

Em 1589, José Adorno e sua esposa doaram aos Carmelitas a Capela da Graça. Brás Cubas, por sua vez, doou terras anexas à capela para o estabelecimento da Ordem. Esta, entretanto, preferiu construir seu convento à direita do riacho do Carmo, onde seria mais tarde o centro da vila.

Segundo informações de Tomé de Souza sobre o arranjo do núcleo urbano,

*” estas duas vilas de S. Vicente e Santos não estão cercadas e as casas de madeira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores porque têm casas de pedra e cal e grandes quintais e tudo feito em desordem.”* Para a segurança das vilas, Tomé de Souza propôs a construção de fortalezas.

A região sofria constantes ameaças dos índios Tamoio e de corsários ingleses, franceses e holandeses. Para bloquear tais investidas, desde o século XVI foram construídos seis fortes

nas entradas que davam acesso ao porto de Santos. Dois foram erguidos na entrada da Barra de Bertioga, dois na entrada da Barra Grande e outros dois próximos a Santos, um deles na própria vila.

Frei Gaspar deu uma explicação para a expansão da vila:

*”Teve o seu nascimento junto ao outeirinho de Santa Catarina e na sua adolescência ainda não passava do ribeiro do Carmo para o ocidente; mas ao depois de se aumentar o comércio com a vila de S. Paulo e povoações de Serra acima, aos poucos foi-se estendendo para o Oeste; porque os paulistas, quando vinham a Santos, alugavam as casas mais próximas ao Porto de Cubatão, e mercavam nas primeiras lojas, onde achavam os gêneros que lhes eram necessários. A expansão da vila, além de seguir a margem do lagamar, foi na direção do Caminho que ia para o planalto e, portanto, o segundo núcleo urbano surgiu pela função do abastecimento das vilas de Serra acima. O estabelecimento dessa área comercial atraiu os habitantes para o Valongo”*

A vila caminhou para oeste porque



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO MUSEU PAULISTA/USP

“Panorama de Santos – 1822”. No quadro pode-se observar as dimensões da Vila de Santos que até a época da Independência conservava ainda suas características coloniais. Nos limites da Vila permaneciam o Outeiro de Santa Catarina, à esquerda, e a Igreja e o Convento de Santo Antônio do Valongo, à direita



era mais conveniente para os santistas ficarem próximos do comércio com São Paulo, via Cubatão, do que permanecerem junto ao porto do Outeiro de Santa Catarina.

O final da expansão da vila colonial se deu com a construção do Convento de Santo Antônio do Valongo, em frente ao Ribeirão do Desterro. A partir de 1640, ele “fechava” a vila no lado oriental, com a fachada frontal voltada para a vila.

Para dar uma idéia das dimensões da vila de Santos, basta dizer que o Mosteiro de São Bento, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra, ficava fora dos limites da vila. A rua que ligava o núcleo urbano do Outeiro de Santa Catarina ao Valongo possuía vários nomes: começava como Beco de Santa Catarina, depois Rua Direita e terminava como Rua de Santo Antônio. São hoje, respectivamente: Rua Visconde do Rio Branco, Rua XV de Novembro e Rua do Comércio.

O porto de Santos conheceu um período de estagnação, pois o comércio paulista era mínimo e o porto não tinha quase nada para exportar. Por esse motivo, os navios da Europa não vinham para Santos, pois não havia carga para retorno. O pouco comércio era feito com as

vilas do litoral e com a cidade do Rio de Janeiro.

Para resolver essa crise, Portugal restaurou a autonomia de São Paulo e nomeou governadores. O primeiro foi D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que teve a difícil tarefa de reerguer a capitania. Em 1765, foi estabelecida por ele a cultura canavieira em São Paulo, no interior e no litoral norte, embora com dificuldades, pois havia pouco dinheiro, precários meios de comunicação e insuficiente mão-de-obra.

A produção de açúcar no planalto paulista criou a necessidade de trazer o produto para Santos, tornando a cidade conhecida como “porto do açúcar”.

Surgiu então a necessidade de prover a vila com melhorias para fomentar e facilitar a exportação, tal como a construção da Calçada de Lorena, na Serra do Mar, no final do século XVIII. Esse foi o melhor elo de ligação entre Santos e São Paulo até meados do século XIX, quando a principal função econômica era o porto, Santos apresentava uma concentração urbana tipicamente linear, não se afastando do mar.

Em 1790, a população de Santos

foi estimada em 3145 habitantes. A vila era constituída por dois núcleos bem distintos: o Valongo e o dos Quartéis. No primeiro, mais recente, predominavam as funções comerciais e indivíduos de origem portuguesa. O segundo era mais antigo, predominando as funções militares e administrativas. Ali habitava uma população mais pobre que vivia da pesca, extração de lenha nos mangues e era formada principalmente por pessoas de origem nacional, caboclos e mulatos.



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO MUSEU PAULISTA/USP

"Pelourinho e Arsenal da Marinha em Santos". Representação do Arsenal da Marinha e Pelourinho localizados em frente à Igreja e Convento do Carmo. Ao fundo, a antiga Rua Direita, atual XV de Novembro, nos propicia uma visão da expansão da Vila rumo ao Valongo





osé Bonifácio de Andrada e Silva foi considerado por alguns estudiosos como um “liberal conservador”.

Por um lado, defendia a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Por outro lado, era favorável à monarquia como forma de governo, sustentada pela representação de cidadãos das camadas dominantes.

Nascido a 13 de junho de 1776, José Bonifácio vinha de uma das famílias mais ricas de Santos. Aos 14 anos foi para São Paulo e Rio de Janeiro e, com 20 anos de idade, cursava a Universidade de Coimbra.

Formado em Direito e Filosofia em 1789, passou a fazer parte da Academia de Ciências de Lisboa, instituição dedicada à pesquisa e à introdução de novas técnicas no Reino. Quando preparava-se para retornar ao Brasil, foi surpreendido por uma ordem da Rainha D. Maria I que, através do ministro Martinho Melo, ordenou seu embarque à França para estudar química e mineralogia por tempo indeterminado e por conta do governo.

Em 1790, José Bonifácio estava em Paris, onde acompanhou de perto a Revolução Francesa. Estagiou em diversas regiões mineiras da Europa e, ao final da longa viagem de estudos, que durou dez anos, casou-se com Narcisa Emília O'Leary, regressando a Portugal em 1800.

Em 1808, participou ativamente da luta contra as tropas de Napoleão que invadiram Portugal e provocaram a vinda da família Real para o Brasil.

Em 1819, de volta ao Brasil, ao lado de seu irmão Martim Francisco, José Bonifácio fez várias excursões mineralógicas.

Em 1821, após o retorno de D. João VI a Portugal e, conseqüentemente, à nomeação de D. Pedro como Príncipe-regente, foi convidado a presidir a Junta Provisória da Província de São Paulo.

Naquele momento, ocorreu em Santos um movimento aparentemente sem importância, mas de estreita ligação com o contexto da independência. Tratava-se da Revolta do Chaguinhas, um movimento de caráter anti-português. O principal motivo da revolta foi o atraso de três a quatro anos dos

salários das praças brasileiras, cujos rendimentos correspondiam à metade do que recebiam os soldados portugueses das mesmas unidades.

Assim, diante de tal desigualdade, em 27 de junho de 1821, estourou no quartel santista a revolta chefiada por Francisco das Chagas (o Chaguinhas) e José Joaquim Cotindiba. Sufocada prontamente por tropas enviadas da capital da Província, a revolta demonstrava claramente o sentimento anti-português presente na cidade.

Em Portugal, as Cortes Constituintes mantinham o firme propósito de proceder à “recolonização do Brasil”, abolindo a relativa autonomia que os brasileiros haviam obtido a partir de 1808. Neste sentido, as Cortes ordenaram o retorno do Príncipe-regente à Europa.

Em nome da Província de São Paulo, José Bonifácio enviou uma carta a D. Pedro, aconselhando-o a permanecer no Brasil. Com a adesão de outras províncias, como Minas e Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1822 (“Dia do Fico”), D. Pedro foi convencido a ficar no Brasil. Com a adesão de outras províncias como Minas e Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1822



ÓLEO DE EDUARDO SÁ, ACERVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O artista representou José Bonifácio com a bandeira do Império, tendo ao seu lado os elementos formadores da nação brasileira: o branco, o negro e o índio. Ao centro, encontra-se D. Pedro I



("Dia do Fico"), D. Pedro foi convencido a ficar no Brasil.

Logo em seguida, José Bonifácio foi nomeado ministro do Reino e de Estrangeiros. Como ministro e conselheiro, foi o principal articulador político do Príncipe-regente, tanto interna quanto externamente. Convencido da importância do apoio europeu, desenvolveu intensa atividade diplomática junto aos representantes das potências estrangeiras no Brasil. No plano interno, buscou o apoio das províncias, sugerindo a D. Pedro uma viagem a Minas Gerais e São Paulo.

Conforme Francisco Martins dos Santos, *"José Bonifácio sabia que enquanto o Príncipe permanecesse no Rio de Janeiro, ele não teria coragem para promover a separação, porque o ambiente não era favorável, e, assim, (...) deslocou-o para São Paulo, a Província separatista, onde ele deveria contaminar-se suficientemente do ideal de brasilidade e adquirir a força necessária para tão grave resolução"* [Santos, 1986: 164].

Durante a viagem de D. Pedro a São Paulo, chegaram ao Rio de Janeiro determinações das Cortes Portuguesas desautorizando decretos e

medidas tomadas por D. Pedro. Em 2 de setembro de 1822, reuniu-se o Conselho de Estado, presidido por D. Leopoldina. Aconselhada por José Bonifácio, seus membros decidiram enviar correspondências ao Príncipe comunicando as novas ordens recém-chegadas de Lisboa. Sugeriram ainda que tomasse definitivamente uma decisão há muito encaminhada: a proclamação oficial da separação entre Brasil e Portugal.

Ainda segundo Francisco Martins, por muito pouco a Proclamação da Independência não ocorreu em Santos, pois

*"uma indisposição do Príncipe, iniciada no dia cinco de setembro, daquele ano de 1822, impediu que o sonho do Patriarca se realizasse; ele apressara a volta; a comitiva apressara a marcha e os mensageiros de José Bonifácio, conduzindo os documentos que provocariam a revolta do Príncipe e a Proclamação da Independência, foram encontrar aquele que seria o primeiro Imperador do Brasil, já na Colina do Ipiranga"* [Santos, 1986:362].

Independência proclamada, o Brasil passava de Colônia a Império...



Ata da Câmara, 07 de Setembro de 1822. Neste dia, vereadores da Câmara Municipal de Santos discutiam assuntos rotineiros. Tais vereadores só viriam a aclamar D. Pedro como primeiro Imperador do Brasil no dia 12 de Outubro de 1822

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP





A decadência da Capitania de São Paulo nos séculos XVII e XVIII, provocada principalmente pela concorrência do açúcar produzido no nordeste e pela abertura do Caminho Novo das Minas (1706), durante o ciclo do ouro, atingiu povoados e vilas do litoral. Com um pequeno movimento, o porto santista tornou-se mero subsidiário do porto do Rio de Janeiro. A situação se agravou em 1748, quando São Paulo perdeu a autonomia administrativa, tornando-se submetida ao Rio de Janeiro por 17 anos.

O fato de Santos ter se tornado sede da Capitania paulista neste período não teve maior significado devido à sua ligação com a cidade de São Paulo e as vilas do interior. Assim, diante do marasmo econômico de toda Capitania, Santos se tornou dependente do Rio de Janeiro, tanto administrativa quanto economicamente.

O reerguimento da Capitania de São Paulo só ocorreu na segunda metade do século XVIII, com a exportação do açúcar. O renascimento do porto de Santos se deu a partir de duas medidas tomadas pelo então governador Bernardo José M. de Lorena: a

primeira foi torná-lo o único porto da Capitania em 1789, provocando a decadência das vilas do Litoral Norte, como São Sebastião e Ubatuba; a segunda foi a construção em 1792 da Calçada de Lorena que, ligando o planalto ao litoral, proporcionou o escoamento de toda produção de açúcar por meio de tropas de muares. Santos firmava-se assim como o principal porto exportador de açúcar da Capitania.

A elevação da Vila de Santos à categoria de cidade em 1839 é motivo de controvérsia. Segundo Francisco Martins, a proposta pretendia homenagear José Bonifácio. Assim, em 11 de janeiro de 1839 foi apresentado à Câmara Provincial um projeto de lei de autoria do deputado Amaral Gurgel. No dia 14 do mesmo mês, o deputado sugeriu a mudança do nome de Santos para Cidade Andradina. Em seguida, o deputado Carneiro de Campos sugeriu o nome Cidade Bonifácio. Em 16 de janeiro de 1839, o projeto foi finalmente aprovado, mas com a manutenção do nome original.

No entanto, devido às dificuldades de comunicação entre Santos e a capital da Província, a população santista só teve conhecimento da lei cerca de um mês depois

de promulgada. Mesmo com atraso, o evento foi ativamente comemorado:

*“resolveu a Câmara que, por editais, se convidassem todas as hierarquias a iluminarem por três noites consecutivas as frentes das propriedades por um motivo de tamanho fausto. Além disso se deliberou rogar a todos os sacerdotes, religiosos, bem como ao reverendo pároco, a reunião dos seus contingentes e bem assim aos mais cidadãos que pudessem prestar-se a fim de ser efetuado no dia 28, do mesmo mês, um solene TeDeum em ação de graças, com oração análoga.”* [Ata da Câmara Municipal de Santos, 26 de fevereiro de 1839]

Entretanto, para a historiadora Wilma Terezinha, a elevação à categoria de cidade correspondia não apenas a uma questão política, mas também ao desenvolvimento econômico e social da cidade. Assim, o aumento da produção cafeeira na capitania de São Paulo no final do século XVIII e sua exportação pelo porto de Santos intensificou o movimento de navios. No início do século XIX, apesar de lento e gradual, verificou-se a expansão do núcleo urbano e da população.







*Pai Filipe, aos domingos, franqueava seu quilombo aos rapazes e homens conhecidos como abolicionistas, tratando-os com esmerada cortesia e contando das fazendas cousas do arco da velha, cousas de fazer arrepiar os cabelos!*

*"Enquanto ele fazia narrações, a sua gente dançava o samba, no terreiro ao som do tambaque [sic], pandeiro, e chocalho, a cuja candência as mulatinhas, ainda novas e crioulos robustos, bamboleavam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé fazendo um círculo vagaroso até encontrarem-se os pares que se esbarravam numa proposital umbigada"* [Lanna,1986:187]

Esta é uma descrição de Carlos Victorino sobre um dos mais famosos quilombos de Santos, o quilombo do Pai Filipe. Pai Filipe era, provavelmente, um escravo fugido que viveu durante anos na Serra de Cabraiaquara em Cubatão, lugar hoje denominado Quilombo. Mudou-se depois com seu povo para as encostas do Monte Serrate, no local onde situavam-se as antigas garagens da CSTC, atual cruzamento da Avenida Rangel Pestana e

Canal 1.

Nesse quilombo, os escravos produziam madeira para lenha e construção, bem como se ocupavam na fabricação de chapéus de palha.

O movimento abolicionista santista teve força especial na década de 1880, apesar de a cidade nunca ter sido um grande centro de população escrava. A partir dos anos 1870, as fugas e os quilombos, que sempre existiram na sociedade escravista do Brasil, inserem-se no contexto das lutas pela abolição.

Apesar do acentuado medo em relação aos escravos, grande parte da população livre envolvia-se cada vez mais no movimento abolicionista: refugiava escravos, patrocinava fugas e acobertava "delitos", tais como freqüentar e comercializar em vendas sem autorização de seus senhores.

Foram fundadas ainda diversas associações, tais como a Boemia Abolicionista, que reunia a mocidade de Santos, e a Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, que congregava senhoras da sociedade local e patrocinava festas a fim de angariar fundos para compra de alforrias.

Em seus movimentos de rebeldia, os próprios escravos pleiteavam sua

incorporação na sociedade como trabalhadores livres e assalariados.

Liderado por Antônio Bento, o movimento dos caifases teve sua sede na cidade de São Paulo, na Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Diversos setores da sociedade urbana participavam desse movimento, em especial os cocheiros.

A partir de 1887, a atuação dos caifases concentrou-se na retirada dos escravos das fazendas. Os cativos eram principalmente encaminhados para o Quilombo do Jabaquara, em Santos, recolocados em outras fazendas ou enviados como trabalhadores assalariados para outras províncias.

Segundo o historiador Francisco Martins, o advogado santista Xavier da Silveira foi o primeiro a aconselhar a fuga em massa dos escravos. Em seu entusiasmo abolicionista, não deixou de incitá-los à reação física contra senhores e capitães-do-mato, defendendo-os em seguida perante ao júri.

Xavier encaminhava também os fujões aos seus amigos e parentes em Santos, pedindo que os conservassem em sua custódia por algum tempo, até que obtivessem as respectivas alforrias. Em 1871, fundou o matutino

O Sr. Guarda do Cemiterio Publico  
dê sepultura ao cadaver de *Junia*  
*Escrava de Anna Magalhães*  
Provincia  
Falecido *hoje* as *1* horas da *tarde*  
Religião *Catholica*  
Idade *20 Anos*  
Natural *do Sto*  
Estado *Solteiro*  
Profissão *do Marinha*  
Molestia *do Peito*  
Pagou á Fabrica *2 \$ 000*  
Santos *1º* de *Januario* de 1857  
O Fabriqueiro  
*Dorey*  
*de artigo 19 § 26*

Autorização para enterramento – 1857. Os sepultamentos de escravos no Cemitério Paquetá eram permitidos desde que seus proprietários pagassem a taxa ao Fabriqueiro, funcionário da Câmara responsável pela administração dos bens da Matriz

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



A *Imprensa* e, durante os três últimos anos de sua vida, defendeu ardorosamente o fim da escravidão. Em 1874, com 34 anos, morria vítima de varíola.

Já no início dos anos 1880, Santos funcionava como pólo aglutinador desses escravos em busca de liberdade e da integração no mundo do trabalho livre. A existência de grupos abolicionistas locais, a crescente importância do porto, o desenvolvimento das atividades comerciais e, conseqüentemente, a necessidade de trabalhadores fizeram dessa cidade um lugar atraente para aqueles que estavam em busca de liberdade.

O maior e mais famoso quilombo de Santos foi o do Jabaquara. Criado em 1882 por um grupo de comerciantes, profissionais liberais e homens livres, chegou a possuir mais de 5 mil moradores.

O comandante e organizador da vida no quilombo era Quintino de Lacerda, ex-escravo, ex-cozinheiro da casa dos irmãos Antônio e Joaquim de Lacerda Franco e homem de confiança desses republicanos. Quintino era auxiliado pelo português conhecido como Santos Garrafão, intermediário do quilombo e da praça de Santos.

Naquele momento, podia-se notar a

forte presença de negros em atividades urbanas, tais como carregadores e ensacadores de café, carroceiros, carregadores de madeira, pedreiros, etc. As mulheres trabalhavam como costureiras, parteiras, cozinheiras de casas que ofereciam refeições aos trabalhadores, prostitutas e empregadas domésticas. Os ex-escravos também trabalhavam em pequenas roças, abastecendo parte da cidade com produtos agrícolas.

Considerada como território livre dos abolicionistas, dois anos antes da Lei Áurea, em 27 de fevereiro de 1886, a cidade assistiu à promulgação de uma lei municipal que abolia a escravidão em área sob sua jurisdição.

Ao contrário do Rio de Janeiro, as campanhas abolicionista e republicana em Santos caminharam juntas. Assim, a maioria dos abolicionistas era favorável à passagem do regime político monárquico para o republicano.

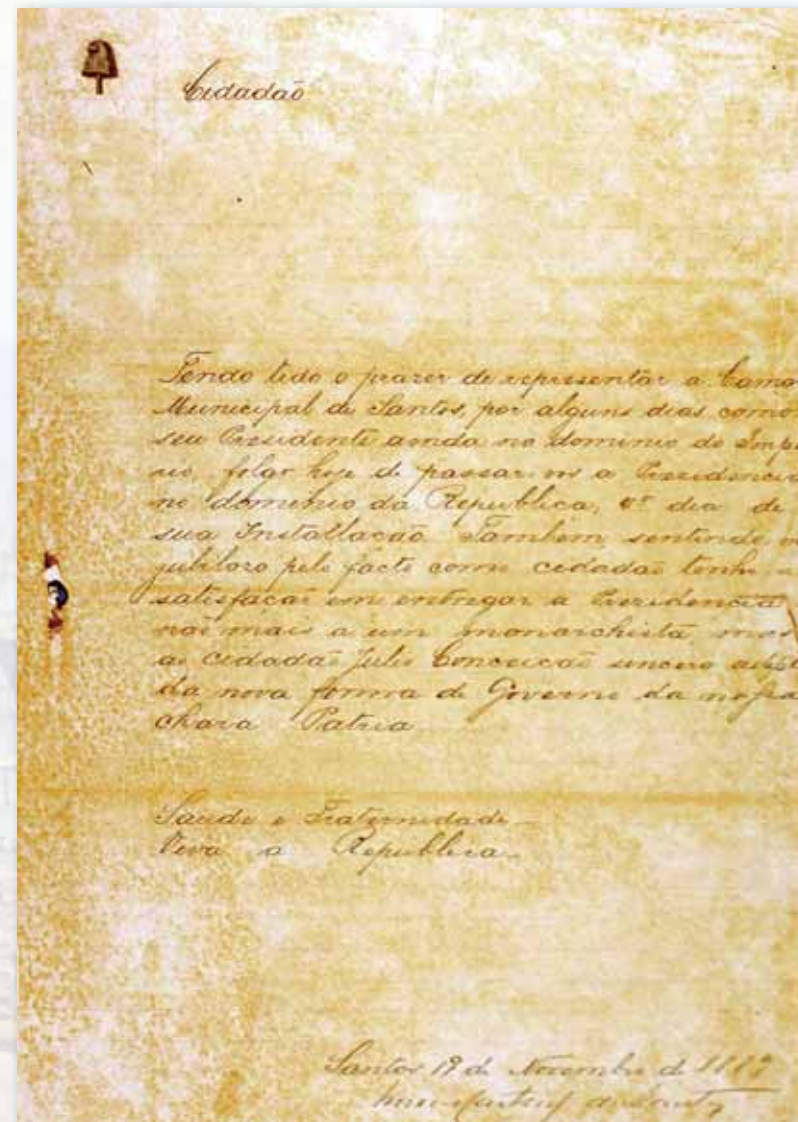
Segundo Francisco Martins, o primeiro Partido Republicano do Brasil foi fundado no Rio de Janeiro, em 1870, pelo santista Augusto Fomm e Miranda Azevedo. Fundou, também no Rio de Janeiro, o 2o. Clube Republicano, mais tarde Clube Federal, local considerado como o maior foco do republicanismo no Brasil.

Um dos fatores de desenvolvimento dos ideais republicano e abolicionista em Santos foi

o aparecimento de uma vasta gama de jornais, tais como *O Raio*, *O Piratiny*, *O Alvor*, *A Idéia Nova*, *A Evolução*, *o Diário de Santos* e *a Cidade de Santos*. Destacavam-se os artigos de Vicente de Carvalho e Martim Francisco contra a Monarquia.

Republicano e abolicionista, um dos maiores protagonistas da República foi Antônio Silva Jardim. Nascido no Rio de Janeiro e residente em Santos, iniciou sua peregrinação pelo país em favor da República a partir do famoso discurso que proferiu para centenas de pessoas no Teatro Guarany, em janeiro de 1888.

A radicalização da campanha republicana ocorreu no início de 1889, auge da epidemia de febre amarela. Devido à indiferença do governo imperial em relação à grave situação da cidade, o Partido Republicano Santista foi responsável pela iniciativa da Câmara Municipal de organizar o combate à epidemia com recursos locais. Tal atitude produziu resultado favorável ao movimento republicano, uma vez que mostrou o abandono dos governos da Província e do Império em relação, principalmente, à saúde da população, fechando os olhos aos problemas na área da higiene pública e do saneamento.



Carta do Presidente da Câmara passando o cargo para o seu sucessor, Júlio Conceição, logo após a Proclamação da República - 1889. Nota-se a tradicional saudação republicana "Saúde e Fraternidade"

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP





**D**urante a década de 1850, a comercialização do café suplantou a do açúcar no movimento do porto. Em 1854, responsável por quase 80% da exportação da produção nacional, Santos tornou-se o Porto do Café. Em 1867, com a inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí, ficou estabelecido um trajeto obrigatório para o escoamento de todas as mercadorias produzidas no Estado, especialmente o café. Por quase um século, a São Paulo Railway Co., a Inglesa, teve o monopólio do controle e da exploração da ferrovia.

A construção dessa rede ferroviária consolidou a crise dos demais portos da Província de São Paulo, uma vez que o porto de Santos passou a monopolizar o fluxo de mercadorias do planalto. Ao imprimir maior velocidade ao transporte, a ferrovia agilizou o comércio do café e criou novas possibilidades de emprego para a população da cidade.

Ferrovia e porto redefiniram a região do Valongo, tornando-a uma área de habitação de trabalhadores vinculados aos serviços portuários (doqueiros, estivadores, carroceiros, ferroviários e ensacadores de café).

A ferrovia facilitou ainda o deslocamento

das pessoas para diferentes pontos da província, reforçando a vocação da cidade como núcleo comercial e portuário: lugar de fluxo incessante de mercadorias, pessoas e informações.

Mas a precária infra-estrutura do porto dificultava a eficaz operacionalização do crescente movimento de cargas. Os navios ancoravam a mais de cem metros dos velhos trapiches (armazéns de mercadorias para importação e exportação). Era necessário, então, o uso de pontes de madeira por onde as mercadorias eram carregadas nas costas dos escravos e demais trabalhadores do porto. Apesar do gradativo aumento do número de pontes, elas eram insuficientes e ofereciam pouco espaço para a movimentação de cargas.

As primeiras tentativas de construção de um novo cais fracassaram. Mas em 1888, um grupo liderado pelos empresários Cândido Gafrée e Eduardo Guinle venceu a concorrência aberta pelo Governo Imperial. Em 1890, esse grupo aumentou seu capital e se reorganizou sob o nome Empresa das Obras de Melhoramentos do Porto de Santos, passando, em 1892, a se constituir em sociedade anônima, a Companhia Docas de Santos.

Em 1888, a empresa firmou um primeiro contrato

que a obrigava a construir 866 metros de cais e explorá-lo por 39 anos, ao fim dos quais todas as obras deveriam reverter à União. Entretanto, em 1890 foi firmado um novo contrato: a empresa comprometia-se a construir mais 966 metros de cais, sendo o prazo da concessão dilatado para nada menos que noventa anos.

Em fevereiro de 1892, foi inaugurado o primeiro trecho de cais. Sua extensão (260 metros) ia da Rua Brás Cubas ao extremo da ponte da São Paulo Railway, no Valongo. Sete meses depois, foi entregue o primeiro armazém e, em 1893, mais 400 metros de cais, além da ligação dos trilhos do porto com os da Inglesa.

A construção da murada do cais inviabilizou a permanência das antigas pontes e trapiches, o que deu início à rivalidade entre o comércio local, representado pela Associação Comercial, e o grande capital, representado pela Companhia Docas. Apoiada pelo governo, que alegava irregularidades na arrecadação de impostos alfandegários sobre as mercadorias que transitavam nos antigos trapiches, a Companhia Docas saiu vitoriosa desse conflito, monopolizando quase todas as operações portuárias.



A foto mostra trabalhadores transportando café para navio atracado no porto de Santos





A primeira epidemia de febre amarela em Santos data de 1844, sendo registradas a partir de então várias moléstias. Em 1889, a cidade foi atingida, de uma só vez, por febre amarela, impaludismo, peste bulbônica, varíola e tuberculose. Na última década do século XIX, as epidemias fizeram 27.588 vítimas, ou seja, cerca de metade da população. Os navios que atracavam no porto eram obrigados a fazer quarentena.

Diante desse quadro de calamidades, da construção e expansão do porto, a cidade passou por um intenso processo de saneamento urbano desenvolvido pelo governo do Estado.

Em fevereiro de 1893, foi instalada uma Comissão Sanitária, chefiada pelo médico Guilherme Álvaro, a partir de 1904. Cabia-lhe exercer um poder de polícia sanitária: responsabilizava-se pelo combate a epidemias, vistoriava habitações, promovia desinfecções, fiscalizava a limpeza de quintais e terrenos baldios.

Subordinada à Secretaria de Agricultura, instalou-se também a Comissão de Saneamento que contou com a atuação destacada de Saturnino de Brito. Esse engenheiro sanitaria

projetou e realizou a rede de esgoto da cidade, a construção de canais para drenagem de áreas pantanosas, além de parques e jardins. Era de sua competência também a construção do Hospital de Isolamento e o edifício da Imigração.

Como resultado tanto do crescimento do porto e do saneamento da cidade, quanto do fluxo imigratório, verificou-se em Santos um vertiginoso crescimento populacional. De acordo com o Censo Municipal de 1913, no período de 1890 a 1913 a população passou de 13.012 para 88.967 habitantes, o que corresponde a um crescimento de 584%.

Os imigrantes representavam 42,5% do total demográfico da cidade. Em ordem decrescente, as principais colônias de imigrantes eram a portuguesa, espanhola, italiana, turca e japonesa. Existiam outras 15 diferentes origens étnicas, entre as quais a alemã, austro-húngara, argentina, francesa, britânica e russa.

A maioria dos imigrantes portugueses vinha para Santos por conta própria a partir das “cartas de chamada” de parentes ou amigos que se responsabilizavam pela chegada e instalação de seus patrícios.

Representantes da maior e mais antiga colônia, criaram suas próprias instituições, como o Grêmio Português, o Real Centro Português,

fundado em 1897, a Sociedade Protetora dos Portugueses Desvalidos, etc. Dentre todas as instituições, a mais importante era a Beneficência Portuguesa, fundada em 1859, responsável pela construção do segundo hospital de Santos na década de 1870.

De um modo geral, os imigrantes trabalhavam em todas as atividades urbanas: eram portuários, ferroviários, carroceiros, empregados de armazéns, operários da construção civil, barbeiros, garçons, além de pequenos proprietários de lojas, armazéns, padarias, cafés, bares e restaurantes. Portugueses e espanhóis predominavam nos serviços do porto e foram fundadores das primeiras associações operárias, participando ativamente do movimento operário.

Ao lado dos imigrantes estavam os migrantes, ou seja, os nacionais que vinham para Santos em busca de melhores condições de vida. Muitos vinham por conta própria, outros eram arregimentados em suas regiões de origem - Alagoas, Sergipe, Bahia, etc. - por contratadores de trabalho para trabalharem principalmente na reforma e ampliação do porto.



A foto mostra imigrantes na porta de estabelecimento comercial em Santos

JOSÉ MARQUES PEREIRA, ACERVO FAMAS

Nº 107 12

## ENFERMARIA ALMEIDA MORAES

Anno de 1892 Mes de Dezembro dia 23

as 8 horas 15 da tarde

|                             |                        |                       |                                                           |                               |                                               |
|-----------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------|
| Nome <i>Edouard Segouin</i> | Estado <i>Solteiro</i> | Idade <i>24 annos</i> | Nacionalidade <i>Francesa (Ethel) habitante em França</i> | Profissão <i>Arrendatário</i> | Tempo de residência <i>2 dias de Melhoria</i> |
| Estado <i>2</i>             | Estado <i>2</i>        | Estado <i>2</i>       | Estado <i>2</i>                                           | Estado <i>2</i>               | Estado <i>2</i>                               |

**REMEDIOS**

| DATA     | DIETAS | INTERIORS | DATA | EXTERNOS | DATA    | OBSERVAÇÕES |
|----------|--------|-----------|------|----------|---------|-------------|
| 29 1 1 1 |        |           |      |          | 23 36=8 |             |
|          |        |           |      |          | 24 36=7 |             |
|          |        |           |      |          | 71 36=8 |             |
|          |        |           |      |          | 20 36=6 |             |
| 24 9 7   |        |           |      |          |         |             |

Detalhe de ficha acompanhamento médico de paciente, vítima de febre amarela. Tal documento retrata o problema das epidemias que assolavam a cidade no final do século XIX

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMAS-AP





*uas estreitas, tortuosas e planas, calçadas a paralelepípedo, iluminadas a gás e percorridas a todo instante por bondes e numerosos veículos que conduzem sacas de café e outros gêneros da estação da estrada de ferro para as casas comissárias e dessas para a alfândega e para as Docas que embarcarão nos vapores... A rua principal é pouco extensa e estreita mas tem mais de cem casas comerciais, inclusive bancos. A parte suburbana compõe-se de ruas largas e extensas e retas, com passeios e belas praças. São as ruas São Francisco, Rosário, Amador Bueno, General Câmara e Conselheiro Nébias*" [Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil, citado em Lanna, 1996: 91].

Esse é um dos quadros da cidade que representa dois protagonistas do crescimento urbano: o comércio do café e a estrada de ferro.

Até o início do século XIX, Santos manteve suas características de cidade colonial, estendendo-se do Outeiro de Santa Catarina ao Convento de Santo Antônio do

Valongo. Note-se que, na direção dos morros, não passava da Rua do Rosário (atual João Pessoa).

Em razão do potencial portuário, nos primeiros 25 anos do século XIX, foram vários os pedidos de aforamento (direito de uso) de terrenos "à beira mar", autorização para aterros e construção de trapiches (entre os atuais bairros do Valongo e do Paquetá).

Até o final do século XVIII, esses terrenos foram desprezados por serem alagadiços e porque os custos dos aterros eram proibitivos.

Em 1822, existiam dois bairros fora dos limites da vila: o Embaré, com nove moradias, e a Barra, com sete. A cidade registrava 4.781 habitantes, aumentando em 1854 para 7.855.

Para controlar e ordenar o crescimento da cidade, entrou em vigor o Código de Posturas de 1847. Esse dispositivo legal fixava normas de funcionamento da cidade, estabelecendo, entre outros itens, critérios para abertura de ruas, bem como alinhamentos e altura das novas edificações.

A parte sul da Ilha de São Vicente, constituída de praias e então chamada de Barra, era temporariamente ocupada para

práticas de lazer. Para ali chegar era preciso atravessar a planície por um caminho bem sinuoso que ia do Largo da Matriz (atual Praça da República) à

praia, no Boqueirão. Com a abertura da Avenida Conselheiro Nébias, esse trajeto passou a ser conhecido como Caminho Velho da Barra, compreendendo as atuais Rua Brás Cubas, Avenida Washington Luiz, Rua Luiz de Camões e Oswaldo Cruz.

Na década de 1860, abria-se um novo período de transformações na cidade. Começou a demolição de parte do Outeiro de Santa Catarina para ampliação do Beco de mesmo nome e sua ligação com a Rua da Constituição. Por volta de 1880, o italiano João Éboli, médico e banqueiro, construiu no mesmo lugar uma casa sobre um bloco de rocha que restou. Em 1867, por iniciativa de Ignácio Wallace Cochrane, foi aberta a Avenida Conselheiro Nébias e inaugurada uma linha de bondes puxados a burro. Essa avenida tornou-se a mais longa reta de Santos, estendendo-se do cais à Barra.

Em 1880, a cidade expandia-se ainda mais em direção à Barra, dando início aos



ÓLEO DE BENEDICTO CALIXTO, ACERVO FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

"Banca de Peixe e Mercado das Canoas". Conforme representação do pintor, pode-se observar que até o início do século XIX a cidade ainda apresentava características coloniais



bairros da Vila Macuco e Vila Mathias, este último por iniciativa do primeiro loteador da cidade, Mathias Costa.

A Barra passou a ser ocupada por chácaras de famílias de posse da região, que ali residiam ou passavam temporadas de veraneio.

Em seguida, foi aberta a Avenida Ana Costa, nome da esposa de Mathias. Essa importante via pública ia do Ribeirão dos Soldados, hoje canalizado sob a Avenida Rangel Pestana, até a Barra no ponto final da linha de bondes, cuja referência era o botequim de um marceneiro chamado Gonzaga.

Essa linha, instalada por Mathias Costa e João Éboli, gerou conflito com a Cia City que passara a ter primazia na exploração do transporte de passageiros. Apesar da disputa, a linha foi inaugurada em abril de 1889.

Todavia, o transporte público em Santos começou em 1872 por iniciativa de Domingos Moutinho, com o serviço de bondes puxados a burro no centro urbano, ampliado dois anos depois em direção à Barra. A firma Emerich & Ablas implantou mais duas linhas de bonde em Santos e uma de trem a vapor para São Vicente.

Com a alegação de que as rodas das carroças danificavam as ruas, em 1898 a Câmara recebeu a interessante proposta de implantação de um sistema de trilhos para veículos, mas o projeto não vingou.

Em 1909, a Cia City substituiu a força animal pela elétrica. Em 27 de fevereiro de 1971 circulava o último bonde em Santos, suplantado pelo sistema público de transporte rodoviário.

De 1879 a 1890, existia na cidade o Skating Rink Santista na esquina da Avenida São Francisco com a Rua Dois de Dezembro, atual D. Pedro II. Além de rink de patinação, o local transformava-se em palco para exposições teatrais, ringue para lutas romanas, cinema e salão de bailes.

Em 1882, foi inaugurado o Teatro Guarani. Decorado com pinturas de Benedito Calixto, o teatro recebeu diversas companhias de sucesso, trazendo para a cidade grandes nomes da música e da dramaturgia, como Sara Bernhardt.

O Teatro Variedades, por sua vez, foi construído em 1898 na esquina das ruas São Leopoldo e XV de Novembro. Ao contrário

do Guarani, o Teatro oferecia modestas acomodações, mas teve grande importância no cotidiano da cidade, apresentando inúmeras peças.

Em 1899, houve várias iniciativas para imprimir maior desenvolvimento à cidade. Um interessante projeto foi apresentado à Câmara: um acesso para a Capela de Nossa Senhora do Monte Serrate, via bondinho movido a eletricidade, mas a proposta não foi aceita pelos vereadores. Esse acesso só foi implantado em 1927, juntamente com o cassino que funcionou até 1945, quando o jogo foi proibido em todo o país.

Ainda em 1899, ocorreram acaloradas discussões na Câmara Municipal, onde foram desenvolvidos estudos para dotar a cidade de infra-estrutura adequada e moderna, sobretudo de redes de esgoto e energia elétrica nas principais avenidas da cidade.

A iluminação pública em Santos teve início em 1810 com a instalação de 69 lampiões a óleo de baleia. Anos mais tarde, esse número baixou para 20, mas em 1840 o Presidente da Província baixou um regulamento que aumentava a capacidade para 60 lampiões de



O bonde 19 no cais do porto. Os bondes elétricos substituíram os bondes puxados a burro e, durante décadas, foram o meio de transporte público preferido dos santistas



Largo do Rosário. Uma das primeiras formas de transporte público, o bonde puxado a burro, dominava a paisagem urbana



Reprodução de postal do Teatro Guarani. Inaugurado em 1882, o Guarani coloca a cidade no roteiro das grandes companhias teatrais

JOSÉ MARQUES PEREIRA. ACERVO FAMIS

JOSÉ MARQUES PEREIRA. ACERVO FAMIS



quatro luzes, embora só funcionassem até as 20 horas. Por volta de 1871, a Câmara contratou uma firma para instalar 200 lampiões a gás, sistema de iluminação que seria ultrapassado a partir de 1903, quando foi inaugurada a energia elétrica na Avenida Ana Costa.

Em meados do século XIX, a população sofria com a falta de água, utilizando vários chafarizes como o do Largo da Imperatriz e o da Misericórdia. Em 1868, a Assembléia Provincial resolveu autorizar a Municipalidade a contratar serviço de abastecimento de água potável, implantado em 1870 com a celebração dos contratos com a firma The City of Santos Improvements Company Limited.

Esse contrato previa o fornecimento de água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o abastecimento de toda a população, além de construir quatro chafarizes, que somavam-se aos seis já existentes. Na década de 1880 havia várias ameaças de corte do fornecimento de água por não pagamento fazendo com que as relações entre a população e a Cia City ficassem demasiadamente tensas, culminando com protestos populares.

“ Assim no dia 22 de dezembro de

*1884, a população reunida pela Segunda vez consecutiva, no Largo da Coroação resolveu resistir à 'regularização das penas' e protestar contra o aumento do preço da água e a precariedade de seu fornecimento pela Companhia City. Quebraram os lampiões, combustores e muitos vidros. Desatrelaram os bondes e devastaram a Praça dos Andradas que até então tinha sido recentemente ajardinada. Arrancaram as torneiras dos chafarizes e partiram os vidros da casa do presidente da Câmara e do vereador Lima. Arrombaram a casa do gerente da companhia, quebraram as vidraças, deram tiros e lançaram ao jardim todos os móveis. A cidade ficou às escuras, vivendo 'horas de horror'. O comércio fechou as portas e os revoltosos percorriam a cidade aos gritos. A polícia ficou inerte porque era incapaz de dominar a situação. No dia seguinte o chefe de polícia chegou à cidade com uma força policial de 100 praças”.*[Lana, 1996: 95-6]

Nesse momento as atividades relacionadas ao porto tornam-se intensas, fazendo com que casas de moradias fossem utilizadas como coqueiras ou demolidas para dar lugar à construção de armazéns de café.

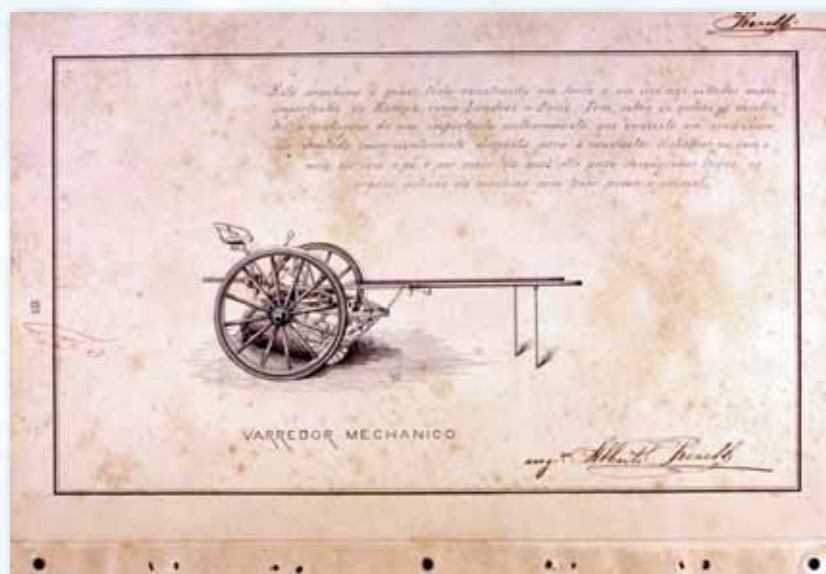
A Rua XV de Novembro, a Praça da República, a Praça Mauá e as demais vias adjacentes tornaram-se centros ativos de negócios com as casas comissárias e de exportação de café que dominavam o comércio santista.

Em 1892, foi inaugurado o primeiro trecho do cais do porto pela Cia Docas de Santos, o que impulsionou sensivelmente o fluxo de mercadorias na cidade.

O núcleo urbano que atualmente corresponde à área central da cidade tornou-se insuficiente para abrigar a população. Com o deslocamento da chamada “gente de posse” em direção à Barra, muitas casas do então núcleo urbano foram em pouco tempo transformadas em habitações coletivas.

A qualidade de vida piorou sensivelmente na medida em que a população aumentava. Em 1886 Santos registrava 15.505 habitantes, passando a 50.389 em 1900. Esse substancial crescimento da população agravou os problemas de salubridade urbana, acelerando a propagação de epidemias.

“Os cortiços construídos às pressas, para albergar a numerosa imigração (...) pontuavam as zonas mais centrais surgindo nos



Desenho de varredor mecânico presente em proposta apresentada à Câmara, em 1910

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



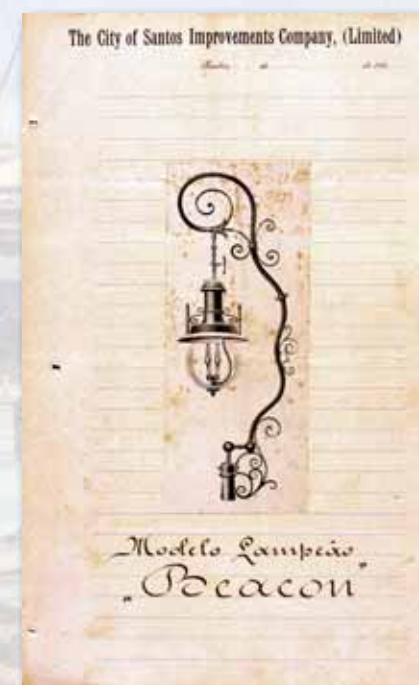
Desenho de caminhão de lixo. O crescimento urbano exigia melhoria nos serviços públicos, como o tratamento adequado à limpeza pública. O desenho acima é parte de uma proposta apresentada à Câmara, em 1910

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



Desenho de iluminação elétrica presente em proposta apresentada à Câmara na virada do século

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



Desenho de iluminação a gás presente em proposta apresentada à Câmara na virada do século

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



*pátios e nos quintais dos prédios, de qualquer tamanho, compostos de cubículos desasseados e acanhados, feitos de tábuas de caixotes e folhas de zinco. [...] Para fazer o transporte do café para as embarcações e da carga para o caminho de ferro, o número das carroças havia crescido enormemente, aumentando por isso o número de cocheiras, construídas também ao acaso, de qualquer feitio, com pranchões e telhas de zinco, quase sempre como complemento dos cortiços, sem água e sem esgotos, abafados e insalubres". [Guilherme Álvaro, citado em Gitahy, 1992:31]*

Tal situação obrigou a intervenção do Governo Estadual através das Comissões de Saneamento e Sanitária. A Comissão de Saneamento, chefiada pelo Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, tinha a responsabilidade de projetar e implementar a canalização de água pluvial e a rede de esgotos.

Esse projeto previa a separação entre o esgoto e as águas de chuva. O destino dos despejos seria o continente, mais precisamente a Ponta do Itaipu, por meio da força de estações de recalque que o próprio Saturnino

de Brito projetou e revestiu de azulejos verdes e brancos.

O projeto previa ainda um conjunto de nove canais de drenagem superficial, cortando a parte santista da ilha. Apesar de possuir comportas, os canais tinham ligação com o mar para se utilizar das marés, impedindo que a água ficasse parada e se tornasse foco de reprodução do mosquito transmissor da febre amarela. Construídos de cimento armado, geralmente a céu aberto, e gramados internamente na parte superior, os canais receberiam as águas dos emissários de águas pluviais. Esses canais formaram extensas avenidas arborizadas, favorecendo a penetração da brisa marinha.

O projeto de canais de autoria de Saturnino levou em consideração a declividade natural da ilha, utilizando riachos e ribeirões. O primeiro trecho dos canais (Canal 1) foi inaugurado, com grande festa, em 27 de agosto de 1907. Até o final dos anos 20, teve continuidade o trabalho de abertura dos canais que cortam toda a ilha.

Preocupado com o crescimento desordenado da cidade, Saturnino apresentou à Câmara Municipal outro projeto, denominado

Planta de Santos, visando a expansão urbana da cidade. Porém, alegando sua inviabilidade, o projeto foi recusado. Para tal, a Câmara utilizou-se do parecer técnico do engenheiro Silva Teles, da Seção de Obras, dando início a uma interminável disputa nos jornais, não permitindo que o plano fosse concretizado.

Na região da praia, onde existiam as chácaras de moradia e de recreio, foram construídos hotéis e espaços destinados ao lazer. No bairro do José Menino foram construídos o Hotel Internacional e o Palace Hotel; no Gonzaga, o suntuoso Hotel Parque Balneário e o Atlântico Hotel; no Boqueirão, entre a Avenida Conselheiro Nébias e a Rua Oswaldo Cruz, o Miramar, um centro de lazer e cassino. Em frente ao Miramar havia o Parque Indígena do empresário Júlio Conceição, exemplo remanescente das antigas chácaras da Barra, contando com viveiros de pássaros, tanques de peixes exóticos e plantas diversas, principalmente orquídeas.

A Ponta da Praia era atingida por meio da Avenida Barnabé, atual Epitácio Pessoa. Ali existiam clubes náuticos, área de pesca e dois centros de estudo: o Instituto Dona Escolástica Rosa (de 1906) e a Escola de Aprendizes de



Reprodução fotográfica de planta elaborada por Saturnino de Brito para canalizar as águas pluviais da cidade



Foto de cerimônia de inauguração do Canal 1

FUNDO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP

FUNDO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



Marinheiros (de 1909), onde é hoje o Museu de Pesca, edifício construído no lugar do antigo Forte da Estacada ou Forte Augusto, da época colonial.

Bairros foram surgindo ao longo de novas avenidas e de largas ruas. A Rua Carvalho de Mendonça, que unia o Caminho Velho da Barra (altura da Rua Luiz de Camões) ao morro do Marapé, deu origem aos bairros da Vila Belmiro (1910 – 1915), Campo Grande (1915 – 1925) e Marapé (1930).

O aumento do comércio do café proporcionou um período de grandes transformações urbanas. Inúmeros projetos arquitetônicos foram apresentados à prefeitura, muitos dos quais se traduziram em grandes edifícios, tais como a Banca Italiana Di Sconto (1919), a Bolsa do Café (1922), o Teatro Coliseu (1922) e a nova Matriz, inaugurada em 1924. Outros projetos, entretanto, não foram concretizados, como o Teatro 7 de Setembro (1915) e um novo Paço Municipal (1927).

Após a proposta de urbanização apresentada por Saturnino de Brito, surgiram outras duas de destacada importância.

A primeira tratava da abertura de uma

avenida localizada na área central da cidade. Essa avenida partia do cais em frente à Rua Tiro Onze e, na direção sul, encontrava-se com a Avenida Campos Salles. Larga e arborizada, conduziria o olhar do transeunte a um imponente prédio (provavelmente o novo Paço Municipal), localizado onde hoje existe a Casa do Trem Bélico.

Outro projeto foi o apresentado pelo engenheiro Prestes Maia. Essa iniciativa tornou-se importante não só pelo plano que apresentava, mas por suscitar importantes discussões sobre o desenvolvimento da cidade.

A proposta pretendia expandir a cidade para a área continental, além de operar profundas alterações urbanas decorrentes de diversas demolições, permitindo o alargamento de ruas e a criação de grandes avenidas. Previa ainda a ampliação do porto, implantação da indústria naval e melhorias no sistema rodoviário e ferroviário.

A partir desse momento, a cidade dava sinais de que seu espaço urbano tornava-se pequeno, propiciando seu crescimento vertical, assumindo assim características da cidade que hoje conhecemos.



Menu do coquetel de inauguração do Teatro Coliseu, inaugurado em 1922, dentro das comemorações do Centenário da Independência

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP



O Teatro Coliseu é um símbolo da opulência provocada pela expansão do café. Convite de inauguração.



Bairro do Gonzaga nos anos 40. Ainda na primeira metade do século XX, a cidade já havia chegado até a praia e começava a ter o perfil que conhecemos hoje

FUNDO CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ACERVO FAMS-AP

ACERVO FAMS





No final do século XIX, Santos teve destacado papel na formação do movimento operário brasileiro. As transformações resultantes da dinamização das atividades portuárias, da vinda de imigrantes, do processo de urbanização e saneamento da cidade formaram um solo fértil para a emergência desse movimento.

Na década de 1890, surgiram os primeiros jornais operários em Santos. O médico abolicionista e republicano Silvério Fontes lançou, em 1892, o primeiro jornal socialista do Brasil, *A Ação Social*. Em 1895, ao lado de Sóter de Araújo e Carlos de Escobar, fundou o Centro Socialista.

Em 1877, os carregadores de café organizaram uma das primeiras greves operárias no país por aumento de salário. A primeira paralisação geral em âmbito local no país, ocorrida em 1891, foi de grande importância para a experiência da formação da classe operária santista.

Em maio de 1890, os mestres da construção civil criaram a União Operária, em 1896, ao Centro Socialista e ao Partido Operário,

organizado por Benedito Ramos. Em 1904, um grupo de trabalhadores da construção civil fundou a Sociedade Primeiro de Maio. Naquele mesmo ano, outro grupo, em sua maioria trabalhadores em café, organizou a Sociedade Internacional União dos Operários. Ao contrário da Primeiro de Maio, a Internacional tinha por objetivo agrupar todos os trabalhadores de Santos e não apenas uma categoria profissional.

O ano de 1906 foi marcante para o movimento operário no Brasil devido às greves ocorridas nas principais cidades do país e à realização do Primeiro Congresso Operário, no Rio de Janeiro, quando foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB).

Em Santos, a luta pela jornada de oito horas de trabalho (resolução do Congresso) teve início em 1907. As greves começaram pelos operários da construção, acompanhados pelos trabalhadores da Cia. Docas, entre outros. Em julho de 1907, foi criada a Federação Operária Local de Santos (FOLS), que reunia vários sindicatos da cidade. Em 1909, o anarco sindicalismo conquistou todos os grupos de operários organizados, unidos sob a liderança da FOLS.

O governo Hermes da Fonseca buscou

enfraquecer o movimento sindical, aplicando a lei de estrangeiros de 1907 para expulsar ativistas imigrantes, mas os trabalhadores responderam com vários protestos.

Em 1917, ocorreu na cidade de São Paulo uma greve geral considerada como um marco no movimento operário: atingiu a maior parte das indústrias, durou quase um mês e, apesar da brutal repressão da polícia, obteve algumas conquistas. Devido aos efeitos negativos da Primeira Guerra Mundial no mercado de trabalho, em Santos a anunciada greve geral em solidariedade aos trabalhadores da capital não aconteceu, mas algumas categorias paralisaram as atividades por melhores condições de vida e trabalho.

Durante a conjuntura grevista de 1919 e 1920, os trabalhadores santistas voltaram a se destacar no movimento operário, realizando greves gerais e paralisações de grande impacto, marcadas por acontecimentos dramáticos e pela repressão policial. Entre novembro de 1920 e janeiro de 1921, ocorreu a maior greve da história dos operários da Cia. Docas, quando foram registradas mortes envolvendo grevistas, “fura-greves” e policiais.



Visita de Luiz Carlos Prestes à sede do Partido Comunista em Santos, 1945

ACERVO FAMS



Getúlio Vargas em frente ao Sindicato dos Operários Portuários de Santos, 1952

ACERVO FAMS



Diante da repressão e expulsão de estrangeiros, os trabalhadores entraram muito abatidos nos anos 20. O anarquismo estava em franco declínio, enquanto o jovem Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, deparava-se com dificuldades para agir entre os trabalhadores face à vigilância policial e à desmobilização dos trabalhadores.

Mas a década de 20 foi também o período em que se fortaleceram os chamados sindicatos “amarelos”. Eles defendiam a ação operária nos limites “da Lei e do Direito”, exigindo medidas governamentais em favor dos trabalhadores. Com efeito, as organizações dos carroceiros, trabalhadores em café, portuários e estivadores, que estiveram na órbita dos “amarelos”, formaram as bases do “sindicalismo oficial” implementado pela Revolução de 1930, que buscava atrelar os sindicatos ao Estado. Em 1934 e 1935, sob a liderança dos comunistas, eclodiram greves e movimentos com projetos alternativos à estrutura sindical oficial. Todavia, a repressão à Intentona Comunista de 1935, a ditadura estado-novista implantada por Getúlio Vargas em 1937 e a Segunda Guerra Mundial desferiram um duro golpe no movimento operário.

Com o fim da Guerra e do Estado Novo, o sindicalismo santista emergiu com força, empunhando a bandeira da democracia. Um dos momentos mais conhecidos de sua história foi o boicote aos navios espanhóis, em 1946, deflagrado pelos estivadores como um movimento de solidariedade internacional contra a ditadura franquista na Espanha. Durante quatro meses, os portuários se recusaram a operar em navios que transportassem mercadorias da Espanha.

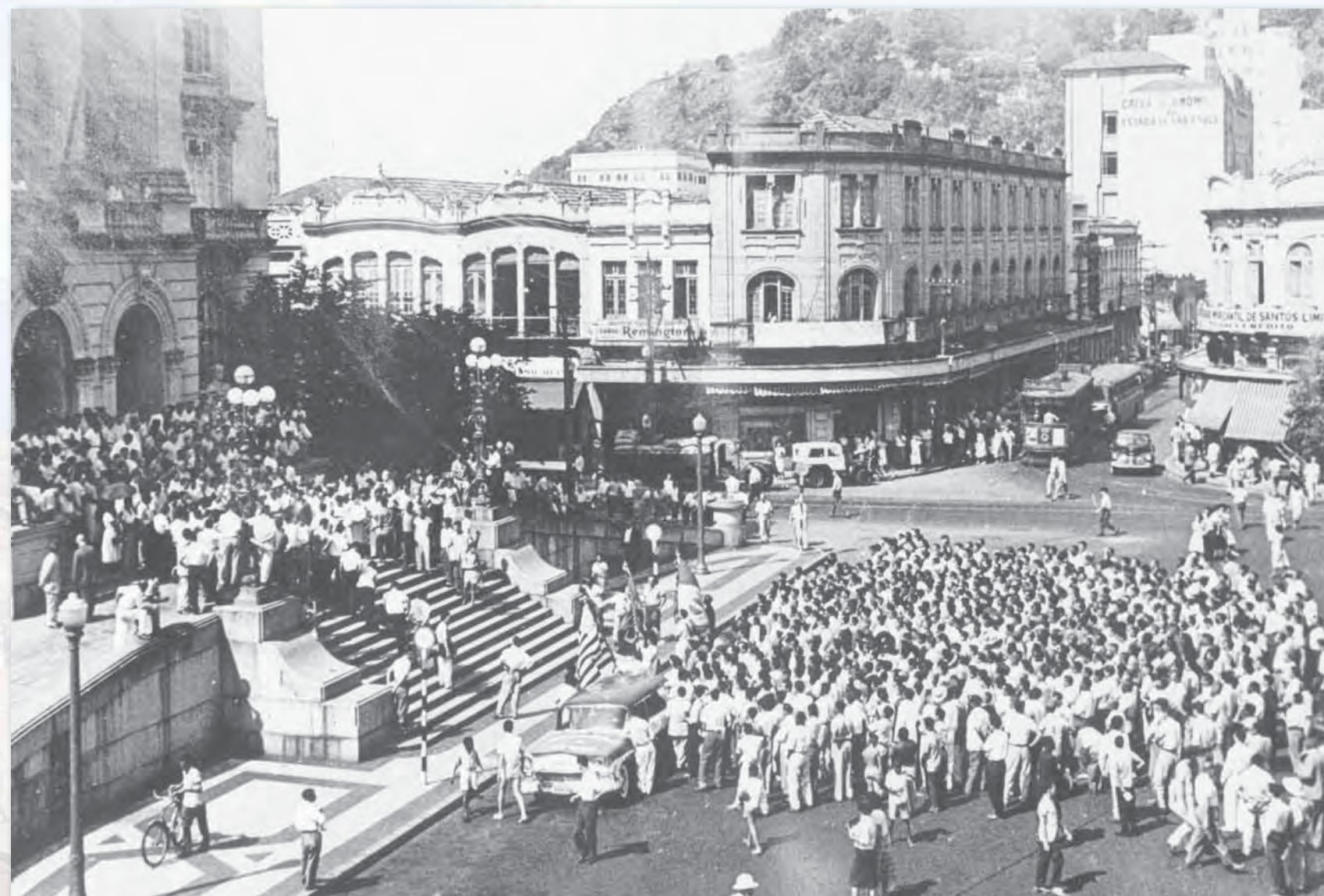
Entre 1945 e 1964, o movimento sindical santista sofreu forte influência de comunistas e trabalhistas (militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro), ambos responsáveis pela criação, em 1956, do Fórum Sindical de Debates, que reunia todos os sindicatos da cidade. Até 1964, o Fórum foi o principal núcleo articulador do movimento operário local, liderando greves e movimentos em defesa de radicais reformas sociais.

Foi nesse contexto que os trabalhadores de Santos exerceram grande influência em nível nacional, destacando-se a greve geral em solidariedade aos enfermeiros da Santa Casa, em setembro de 1963,

*“uma das mais célebres do período, repercutindo de forma marcante na vida política e no processo de instabilidade institucional do país” [Silva, 1995:182].*

Mas o golpe de 1964 pôs fim aos sonhos e lutas pelas chamadas “reformas de base”. Após os “anos de chumbo” impostos pela ditadura militar, os trabalhadores de Santos voltaram a se manifestar publicamente, tornando-se hoje atores sociais privilegiados no debate sobre as radicais transformações do mundo do trabalho que desafiam a criatividade e a organização dos trabalhadores nesta virada de milênio.





Os arrumadores de café em frente à Prefeitura Municipal de Santos, comemoram a criação do Sindicato da categoria, 1959

ACERVO FAMS

51

movimento operário





nas últimas décadas, a cidade de Santos tem assistido a um forte crescimento populacional e urbano graças à intensificação das atividades portuárias e à criação do parque industrial de Cubatão, que atraiu para a região pesados investimentos e muitos habitantes. Grandes áreas, até então pouco ocupadas, passaram a receber uma população migratória atraída pelas novas possibilidades de trabalho.

A Zona Noroeste tornou-se em pouco tempo uma área densamente ocupada, com a formação de vários bairros, tais como Jardim Rádio Clube, Areia Branca e Vila São Jorge.

Desde os anos 50, a orla da praia passou a ser sistematicamente ocupada por grandes edifícios, muitos dos quais para abrigar a população flutuante que visita regularmente a cidade graças à intensificação das atividades turísticas.

O turismo vem se transformando em grande fonte de riqueza e expansão econômica para o município. A construção da Via Anchieta, na década de 40, e da Rodovia dos Imigrantes,

nos anos 70, possibilitou um acesso mais rápido às praias, o que antes era feito apenas pela linha férrea e pela Estrada Velha do Mar.

Santos sempre esteve presente na economia nacional com as atividades do porto, por onde passava a grande exportação de café que, durante décadas, foi a base da vida econômica do país. Tal presença pode ser notada também na produção cultural e na participação da vida política do país. Como este livro mostrou, desde os tempos do Império a cidade foi grande centro abolicionista e republicano, além de importante palco do movimento operário.

Mas em sua história mais recente, a cidade sofreu sobremaneira com as duas décadas de ditadura militar. Em 1969, o então deputado estadual Esmeraldo Tarquínio, prefeito eleito, teve seus direitos políticos cassados. A cidade passou a ser governada por um general interventor e, sucessivamente, por três prefeitos nomeados. O processo eleitoral só ganhou expressão a partir de 1984, com a posse de Oswaldo Justo como prefeito, encerrando um período de 15 anos de intervenção política.

Ainda em 1984, a cidade esteve

envolvida com as causas nacionais: participou ativamente na campanha das “diretas já”, organizando inúmeras manifestações com expressiva participação popular.

No campo do esporte, não podemos deixar de mencionar o Santos Futebol Clube. Fundado em 1912, três anos mais tarde comprou o terreno localizado na Vila Belmiro para edificação do estádio, cuja pedra fundamental foi lançada 33 anos depois.

Uma das maiores expressões do clube foi o jogador Edson Arantes do Nascimento, Pelé, que estreou no time profissional em 1956. Em 1958, ajudado por Pelé, o time alvi-negro conquistou o recorde de gols por clube em um só ano – 342. Este era o prelúdio de uma época de glórias: em 1962 e 1963, o time conquistava os títulos de campeão e bi-campeão mundial de clubes.

Fato que nos dá a dimensão do binômio Santos-Pelé foi um jogo realizado em 1966 na Nigéria. Este país africano amargava uma guerra civil, mas foi paralisada em virtude desse jogo tão ansiosamente aguardado.

Em 1969, no Estádio do Maracanã, vestindo a camisa 10 do time da Vila Belmiro,



ACERVO FAMS

Repressão à greve geral em solidariedade aos enfermeiros da Santa Casa de Santos. praça Rui Barbosa, Santos, 1963



JOSÉ HERRERA - ACERVO FAMS

Pelé e o time do Santos Futebol Clube nas escadarias do Paço Municipal



Pelé marcava seu milésimo gol. Juntos, o clube e o atleta, divulgaram a cidade de Santos e o país pelos quatro cantos do mundo.

A cultura santista também não deixou de marcar posição no teatro, cinema, música e televisão, apresentando importantes nomes artísticos.

Ligada às mais importantes manifestações do país e do mundo, tendo como referência o Manifesto Música Nova, Santos lançou em 1963 o Festival de Música Nova. Criado por vários músicos, esse festival de vanguarda foi liderado pelo compositor santista Gilberto Mendes, um dos maiores nomes da Música Contemporânea na atualidade, reconhecido internacionalmente.

Nas artes cênicas, a tradição na cidade é quase secular graças à contribuição das colônias portuguesa e italiana, que criaram importantes sociedades culturais.

Em 1955, acompanhamos o início da modernização do teatro com a fundação do Clube de Arte, tendo como associados importantes nomes, entre os quais destacamos Patrícia Galvão, Pagú, a musa da Semana de Arte Moderna de 1922.

Em 1958, com o incentivo de Patrícia Galvão e a Comissão Estadual de Teatro, o jornal *A Tribuna* realizou o primeiro Festival de Teatro Amador de Santos. Em 1959, despontava no cenário teatral brasileiro, mais especificamente no referido Festival, o dramaturgo Plínio Marcos, com a peça “Barrela”.

Sua vida foi marcada por inúmeros feitos e méritos, bem como por problemas com a censura em razão do vocabulário e do conteúdo de suas peças. Seu talentoso trabalho como dramaturgo também foi reconhecido internacionalmente. Ao falecer em 1999, Plínio Marcos deixou uma grande lacuna no teatro brasileiro.

Nos anos 70, o teatro amador foi um dos responsáveis para ajudar a manter viva a cultura do país, enfrentando e driblando a censura, sempre acionada para coibir qualquer ameaça ao poder instituído.

Hoje a importância da cidade está consolidada na vida nacional com a presença de santistas em várias áreas: no esporte, na política, na arte e, de um modo geral, na cultura.



Vista da orla marítima de Santos, 1999

ANTÔNIO ERNESTO PAPA. ACERVO PARTICULAR



Andrade, Wilma T. F. de. *A evolução urbana de Santos, 1870 – 1930*. São Paulo, FFLCH/USP, 1975 [tese de doutorado].

\_\_\_\_\_. “Urbanismo na época do café, *in*: Franco Pereira, Maria A. et al. *Santos, Café & História*. Santos, Leopoldianum-UNISANTOS, 1995.

Binzer, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Bueno, Eduardo. *A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.

\_\_\_\_\_. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.

\_\_\_\_\_. *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.

Brito, Francisco Saturnino Rodrigues de. *A planta de Santos*. São Paulo, Tipographia Brazil de Rothschild, 1915.

Campos, Gonzaga de. *Iluminação: estudo para a municipalidade*. Santos, Typographia da Cidade de Santos, 1899.

Dias, Nelson Santos. *Memória da arquitetura de Santos no papel I: 1888- 1900*. Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1997.

Davidoff, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo, Brasiliense, 1982

Gitahy, Maria Lúcia C. *Ventos do mar: - trabalhadores do porto, movimento operário e cultural urbana em Santos (1889 - 1914)*. São Paulo-Santos, Editora da UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

Gonçalves, Alcindo. *Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945 - 1962)*. São Paulo-Santos, Editora da UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

Hoornaert, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979, tomo II.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional/Secretaria de Cultura Ciência & Tecnologia, 1977

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo, Difel, 1972, tomo I, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira. A época colonial: administração, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Difel, 1977, tomo I, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro, Difel, 1976, tomo II, vol. 2

\_\_\_\_\_. *Grandes personagens da nossa história*. São Paulo, Abril Cultural, 1969, vols. 1-3.

Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos, 1870 - 1913*. São Paulo-Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

Lichti, Fernando Martins. *Poliantéia Santista*. São Vicente, Fernando Martins Lichti, 1996.

Martins, Conceição da Piedade. *Memória Sindical de Santos, 1930 - 1964*. Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1997.

Rodrigues, Olao. *Cartilha da história de Santos*. Santos, Prefeitura Municipal de Santos, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nos tempos de nossos vós*. Santos, A Tribuna, 1976.

Santos, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Vicente, Caudex, 1986, vol. 1 e 2

Santos. *Recenseamento da cidade e município de Santos*. Santos, 1914.

Serrano, Fábio Eduardo. "O plano regional de Santos, de Francisco Prestes Maia", in: *Revista Leopoldianum. arquitetura, memória e crítica*, XXIII, n.º 64, Santos, Leopoldianum/UNISANTOS, 1997.

Silva, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-68*. São Paulo-Hucitec/Santos-Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

\_\_\_\_\_. *Operários sem patrões: da Barcelona à Moscou brasileira. Trabalho e movimento operário em Santos no entre-guerras*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2000 [Tese de doutorado].

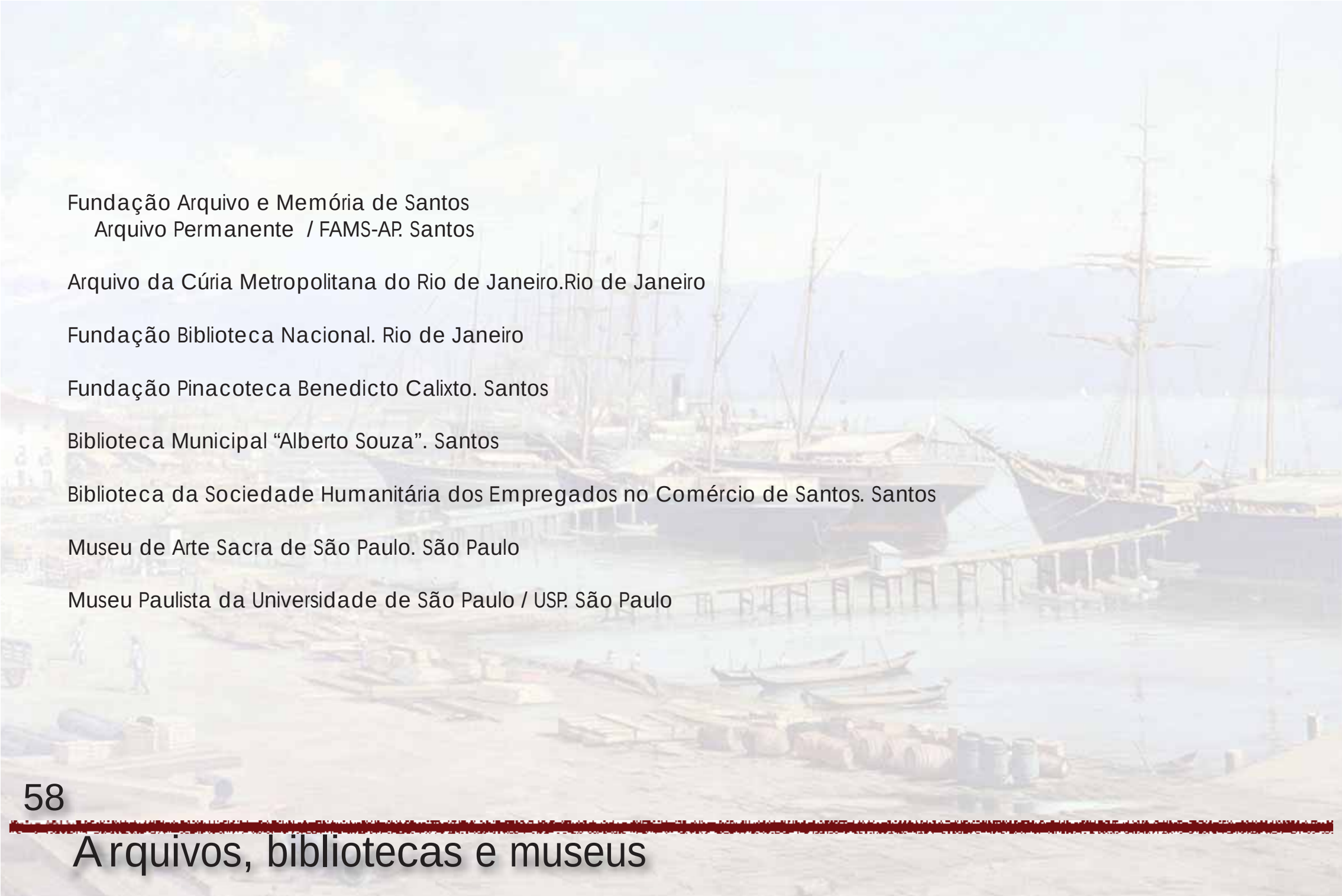
Silva, Ricardo Marques da. *Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta*. Santos, Prefeitura Municipal de Santos, 1988.

Sobrinho, Costa e Silva. *Santos noutros tempos*. Santos, A Tribuna, 1953.

Soares, Marcílio Braghetta. *Introdução à formação econômica da Baixada Santista*. Santos, ASSECOB, 1984.

Souza, Alberto A *municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito*. Santos, Oficinas Graphicas do Bureau Central, 1914.





Fundação Arquivo e Memória de Santos  
Arquivo Permanente / FAMS-AP. Santos

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro

Fundação Pinacoteca Benedito Calixto. Santos

Biblioteca Municipal “Alberto Souza”. Santos

Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos. Santos

Museu de Arte Sacra de São Paulo. São Paulo

Museu Paulista da Universidade de São Paulo / USP. São Paulo



**COORDENAÇÃO,  
TEXTOS E PESQUISA**

MARIA VALÉRIA BARBOSA  
HISTORIADORA SECULT

NELSON SANTOS DIAS  
ARQUITETO FAMS

RITA MÁRCIA MARTINS CERQUEIRA  
HISTORIADORA FAMS

**AUXILIARES DE PESQUISA**

CIRLEI APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS  
ARQUITETA

IEDA MARIA GALVÃO DOS SANTOS  
HISTORIADORA

**REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS**

ANA LÚCIA PERGOLIZZI  
FAMS

WILLIAN CAVALCANTE ROCHA JR.  
FAMS

JOSÉ ROSAEL  
MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / USP  
HELIO NOBRE  
MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / USP

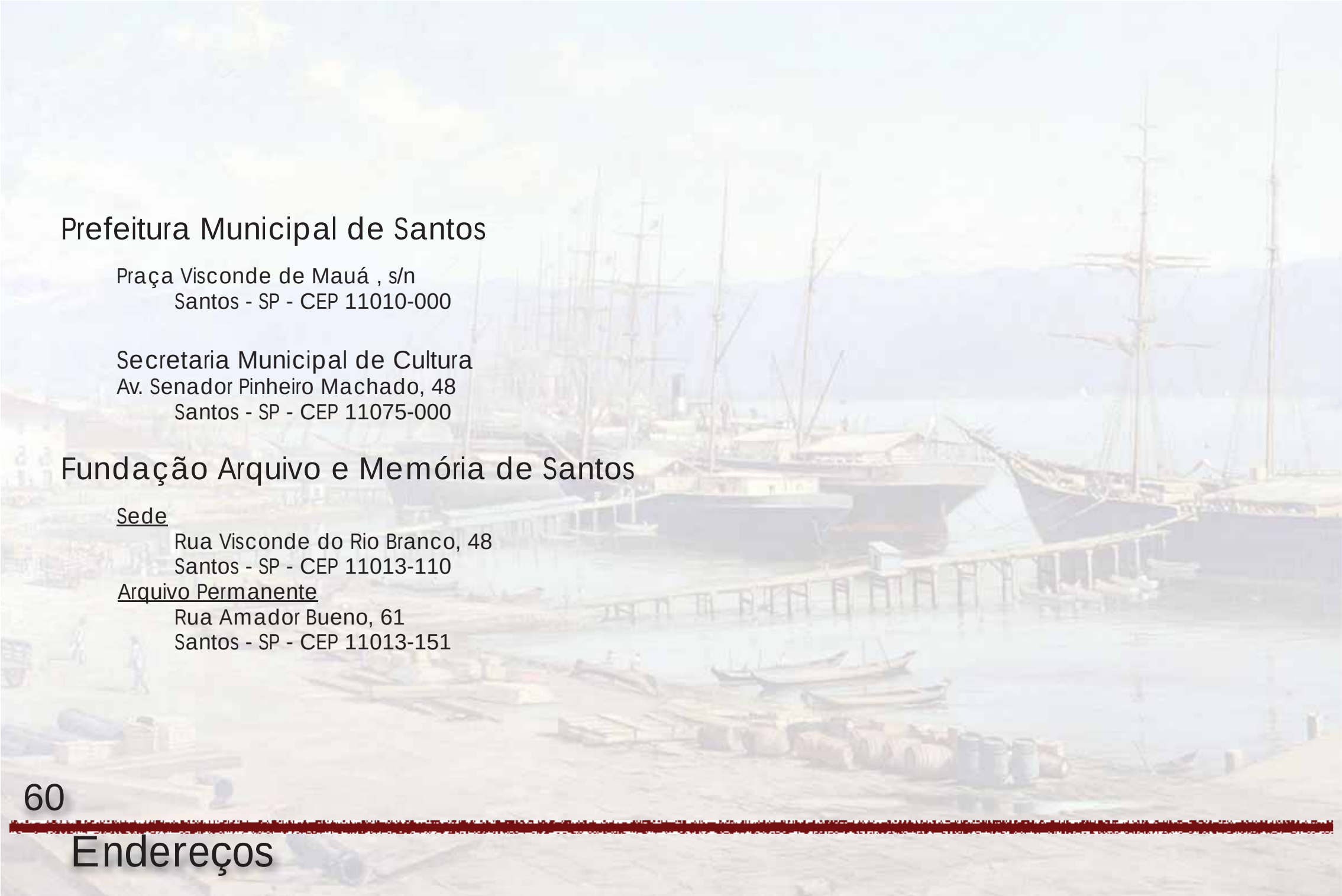
**REVISÃO TÉCNICA**

FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA  
HISTORIADOR

**PROJETO GRÁFICO E  
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

NELSON SANTOS DIAS  
ARQUITETO FAMS





## Prefeitura Municipal de Santos

Praça Visconde de Mauá , s/n  
Santos - SP - CEP 11010-000

Secretaria Municipal de Cultura  
Av. Senador Pinheiro Machado, 48  
Santos - SP - CEP 11075-000

## Fundação Arquivo e Memória de Santos

### Sede

Rua Visconde do Rio Branco, 48  
Santos - SP - CEP 11013-110

### Arquivo Permanente

Rua Amador Bueno, 61  
Santos - SP - CEP 11013-151